



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

**Seção II**

ANO XXXII — Nº 058

QUARTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1977

BRASÍLIA — DF

**CONGRESSO NACIONAL**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1977**

**Aprova o texto do Acordo Sanitário para o Meio Tropical entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru.**

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Sanitário para o Meio Tropical, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru, a bordo do navio da Armada Peruana, *Ucayali*, fundeado no Rio Amazonas (Solimões), na linha de fronteira brasileiro-peruana, em 5 de novembro de 1976.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de junho de 1977. — Senador *Petrônio Portella*, Presidente.

**ACORDO SANITÁRIO PARA O MEIO TROPICAL  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL  
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Peru,

Considerando que os problemas que incidem sobre a saúde e o bem-estar das populações do meio tropical de ambas as Repúblicas são similares; que o resultado dos programas realizados para o controle dos fatores ecológicos e sociais que condicionam os citados problemas pode melhorar substancialmente com o aproveitamento da experiência adquirida em separado por ambos os países; que é conveniente realizar esforços conjuntos para potencializar o efeito das mencionadas experiências através de programas de cooperação técnica internacional, e,

Desejando dispor das bases para a consecução desses objetivos,  
Convêm:

**Artigo I**

O Governo da República Federativa do Brasil (que doravante se denominará Governo do Brasil) e o Governo da República do Peru (que doravante se denominará Governo do Peru) desenvolverão um programa de cooperação técnica internacional que compreenda a administração sanitária, a formação de pessoal e a pesquisa no

campo da saúde em ambientes tropicais de acordo com as seguintes diretrizes:

**Artigo II**

A cooperação técnica a se estabelecer será objeto de acordos específicos entre os Ministérios de Saúde de ambas as Repúblicas, compreendendo, entre outras, as seguintes áreas de programas:

- a) Patologia tropical;
- b) Ecologia tropical;
- c) Recursos de instituições;
- d) Formação de recursos humanos; e
- e) Pesquisa.

A citada cooperação, mediante acordo prévio específico entre as Partes, poderá assumir a forma de uma ou mais das modalidades seguintes:

- a) Assessoria técnica em administração sanitária, ensino e pesquisa;
- b) Concessão de bolsas para formação ou aperfeiçoamento de pessoal e intercâmbio de tecnologia;
- c) Utilização de meios institucionais dos centros especializados;
- d) Realização de projetos específicos de cuidados sanitários, saneamento ambiental e produção de agentes biológicos e outros;
- e) Concessão de equipamentos, instrumentos, materiais, agentes biológicos e outros elementos de trabalho;
- f) Intercâmbio de publicações científico-técnico-administrativas.

**Artigo III****Da Patologia Tropical.**

Fica decidida a realização de estudos sobre as enfermidades infecciosas e parasitárias de maior incidência e preponderância no meio tropical considerado, e, principalmente sobre a malária, febre amarela, leishmaniose, tripanossomíase, micose superficial e profunda, hepatite a vírus, arbovirose, transemissão, e outras.

Desenvolver-se-á o conhecimento de enfermidades como a toxoplasmose, esquistossomose, oncocercose e daquelas cuja etiologia e patogenia não estão bem determinadas, assim como dos malefícios à saúde causados por animais peçonhentos, enfermidades devidas a carência e alguns tipos de acidentes frequentes no meio tropical.

**Artigo IV****Da Ecologia Tropical.**

As Partes convêm em realizar pesquisas epidemiológicas para determinar a incidência, preponderância, distribuição e fatores que atuam na ocorrência e propagação de enfermidades tropicais, e estudos ligados aos aspectos biomédico-sociais e de saneamento ambiental que permitam a pesquisa de mecanismos e processos que melhorem as condições de saúde dos habitantes e as condições sanitárias das comunidades do meio tropical. Esses estudos incluirão os relacionados pela melhor consideração e utilização da fauna e flora que tenha importância direta ou indireta para a saúde do homem, seja por sua qualidade terapêutica ou sua importância para os laboratórios de pesquisa.

**Artigo V****Dos Recursos Institucionais.**

Os projetos de cooperação técnica internacional entre ambos os países poderão incluir a coordenação para o uso dos recursos de instituições tanto administrativas, para o cuidado com a saúde, como universitários e de pesquisa, com o propósito de formar pessoal especializado; realizar pesquisas biomédico-sociais; elaboração e controle de qualidade de produtos terapêuticos e de laboratório, e aquelas outras atividades destinadas a aumentar os conhecimentos a respeito da patologia e ecologia tropical.

**Artigo VI****Sobre os Recursos Humanos.**

Estabelecer-se-ão mecanismos de intercâmbio de peritos em administração sanitária, ensino e pesquisa, para a formação de pessoal profissional técnico e auxiliar necessário no campo da saúde.

Esses mecanismos compreenderão a concessão de bolsas-de-estudos e outras facilidades, para a formação de pessoal no outro

país e sua participação em eventos científicos organizados pelas Partes em cumprimento a convênios específicos.

O adestramento de um nacional de um país no outro poderá ser sob a forma de participação em: ciclos educativos regulares, residências em centros de ensino ou de prática; seminários, reuniões, grupos de debates e a concessão de bolsas-de-viagem.

**Artigo VII****Dos Mecanismos Operacionais.**

Para o efeito de coordenar as ações conjuntas a emprender para o cumprimento dos objetivos do presente Acordo, os Ministérios da Saúde de cada uma das Partes designarão um coordenador do convênio junto ao Governo do Brasil e ao Governo do Peru, para o desenvolvimento da cooperação internacional no meio tropical.

Em cada convênio específico estabelecer-se-á a criação dos grupos de trabalho que forem necessários para o progresso das atividades programadas no mesmo.

**Artigo VIII****Do Acordo Sanitário Vigente.**

O Acordo Sanitário entre o Governo do Brasil e o Governo do Peru, celebrado em Lima a 16 de julho de 1965, ratificado em 1972, que se refere especificamente aos Departamentos de Loreto e Madre de Dios do Peru e Estados do Amazonas e Acre, do Brasil, fará parte do presente Convênio.

**Artigo IX**

O presente Acordo entrará em vigor na data em que as Altas Partes Contratantes se comuniquem, mediante as notas de estilo, a aprovação do instrumento por seus respectivos Governos e terá uma vigência ilimitada, podendo ser denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes, caso em que ficaria sem efeito seis meses depois.

Qualquer dos países signatários poderá solicitar a modificação ou ampliação dos termos do presente Acordo.

Feito em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos igualmente válidos e assinados a bordo do navio da Armada Peruana *Ucayali*, fundeado no Rio Amazonas (Solimões), na linha de fronteira brasileiro-peruana, aos cinco dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e seis.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil: — **Antonio F. Azeredo da Silveira**

Pelo Governo da República do Peru: — **Miguel Angel de la Flor Valle.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 53, DE 1977**

**Aprova o texto da Resolução nº 358, da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas à Convenção da Organização.**

Art. 1º É aprovado o texto da Resolução nº 358, da IX Assembléia Geral da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (OMCI), que aprovou Emendas à Convenção da Organização, em Londres, a 14 de novembro de 1975.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.  
Senado Federal, em 7 de junho de 1977. — Senador **Petrônio Portella**, Presidente.

**RESOLUÇÃO Nº 358**  
**da IX Assembléia Geral da Organização**  
**Marítima Consultiva Intergovernamental**

**EMENDAS À CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**

A Assembléia,

Considerando que a Convenção relativa à criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental foi adotada em março de 1948 e entrou em vigor em março de 1958;

Constatando com satisfação o aumento do número de membros da Organização e as mudanças importantes ocorridas no programa de trabalho da Organização e nos métodos necessários à execução desse programa de trabalho;

Recordando que as emendas adotadas várias vezes com o objetivo de tornar os principais órgãos da Organização mais representativos da totalidade dos Membros e para garantir que os Governos Membros estejam representados, no Conselho, segundo repartição geográfica equitativa;

Reconhecendo, entretanto, que após vinte e sete anos é necessário empreender ampla revisão da Convenção, à vista do modo pelo qual a Organização desempenhou seu encargo;

Recordando sua resolução A. 317 (ES.V) pela qual decidiu convocar um Grupo de Trabalho *ad hoc*, aberto a todos os Governos Membros, encarregado de estudar as propostas de emenda da Convenção da OMCI submetidas pelo Governo da França, os comentários feitos durante a Quinta Sessão Extraordinária da Assembléia e quaisquer propostas que pudessem vir a ser apresentadas para emendar a Convenção da OMCI;

Tendo examinado o Relatório do Grupo de Trabalho *ad hoc*, inclusive as recomendações do Grupo de Trabalho sobre as emendas propostas à Convenção da OMCI;

Tendo adotado em sua Nona Sessão Ordinária, reunida em Londres de 3 a 14 de novembro de 1975, as emendas à Convenção relativa à criação da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, cujos textos acham-se anexos a esta Resolução, e que consistem:

- a) em emendas aos Artigos 1, 3, 12, 16, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 33, 34, 38, 39, 42, 43, 52 e 55;
- b) no acréscimo de um novo Artigo 32 na parte VII;
- c) no acréscimo das novas Partes VIII e IX, compreendendo os Artigos 33 a 37 e 38 a 42;
- d) na nova numeração, daí resultante, dos Artigos 33 a 63;
- e) na nova numeração, daí resultante, das Partes VIII e XVII;
- f) em mudanças, daí resultantes, nas referências nos Artigos 6, 7, 8, 9 e nos Artigos (nova numeração) 53, 54, 56, 58, 59 e 60;
- g) na mudança do título da Convenção.

Solicita ao Secretário-Geral da Organização que deposite as emendas adotadas junto ao Secretário-Geral das Nações Unidas, de conformidade com o Artigo 53 da Convenção da OMCI e que receba as declarações e instrumentos de aceitação previstos no Artigo 54;

Convida os Governos Membros a aceitarem cada emenda o mais cedo possível, após terem recebido cópia das emendas do Secretário-Geral das Nações Unidas, mediante a comunicação do respectivo instrumento de aceitação ao Secretário-Geral.

**ANEXO**

**EMENDAS À CONVENÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DA**  
**ORGANIZAÇÃO**  
**MARÍTIMA CONSULTIVA INTERGOVERNAMENTAL**  
**Título da Convenção**

O Título atual da presente Convenção é substituído pelo seguinte:

**CONVENÇÃO RELATIVA À CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**  
**MARÍTIMA INTERNACIONAL**

**Artigo 1º**

O texto atual do parágrafo (a) é substituído pelo seguinte:

a) estabelecer um sistema de colaboração entre os Governos no que diz respeito à regulamentação e às práticas governamentais re-

ferentes às questões técnicas de toda espécie que interessem à navegação comercial; e impulsionar a adoção geral das melhores normas possíveis no que se refere à segurança marítima, à eficácia da navegação e à prevenção e controle da poluição marinha causada por navios; e tratar dos assuntos jurídicos relacionados com os fins previstos no presente Artigo.

**Artigo 3º**

O texto atual é substituído pelo seguinte:

A fim de atingir os fins enumerados na Primeira Parte, caberá à Organização:

a) sob reserva das disposições do Artigo 4º, examinar as questões constantes das alíneas a, b e c do Artigo 1º que lhe poderão ser submetidas por qualquer Membro, qualquer Organismo, qualquer Agência Especializada das Nações Unidas ou outra qualquer organização inter-governamental, assim como as questões que lhe forem submetidas nos termos da alínea d do Artigo 1º, e fazer recomendações sobre as mesmas;

b) elaborar projetos de Convenções, Acordos e demais instrumentos apropriados, recomendá-los aos Governos e às Organizações Intergovernamentais e convocar as conferências que julgar necessárias;

c) instituir um sistema de consulta entre os Membros e de troca de informações entre os Governos;

d) exercer funções relacionadas com os parágrafos a, b e c do presente Artigo, especialmente as que lhe forem confiadas por instrumentos internacionais sobre assuntos marítimos.

**Artigo 12**

O texto atual é substituído pelo seguinte:

A Organização compreende uma Assembléia, um Conselho, um Comitê de Segurança Marítima, um Comitê Jurídico, um Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho e demais órgãos auxiliares que a Organização a qualquer momento julgue necessário criar; e um Secretariado.

**Artigo 16**

O texto atual é substituído pelo seguinte:

São as seguintes as funções da Assembléia:

a) eleger, por ocasião de cada Sessão Ordinária, entre outros Membros que não sejam os Membros Associados, um Presidente e dois Vice-Presidentes, que permanecerão no cargo até a Sessão Ordinária seguinte;

b) estabelecer um regime interno, salvo disposições em contrário da Convenção;

c) estabelecer, se julgar necessário, todos os órgãos auxiliares temporários ou, por recomendação do Conselho, permanentes;

d) eleger os Membros que serão representados no Conselho, de acordo com o Artigo 18;

e) receber e examinar os relatórios do Conselho e se pronunciar sobre todas as questões que o mesmo lhe apresentar;

f) aprovar o programa de trabalho da Organização;

g) votar o orçamento e determinar o funcionamento financeiro da Organização, conforme a Parte XI;

h) examinar as despesas e aprovar as prestações de conta da Organização;

i) exercer as funções da Organização, sob reserva de que a Assembléia encaminhará ao Conselho os assuntos referidos nos parágrafos a e b do Artigo 3º, para que sobre os mesmos formule recomendações ou proponha instrumentos apropriados; ainda sob reserva de que todas as recomendações ou instrumentos submetidos pelo Conselho à Assembléia, e que esta não tenha aceito, serão devolvidos ao Conselho para novo exame, eventualmente acompanhados das observações da Assembléia;

j) recomendar aos Membros a adoção de regras e diretrizes relativas à segurança marítima e à prevenção e controle da poluição

marinha causada por navios, ou emendas a tais regras ou diretrizes que lhe forem submetidas;

k) decidir a convocação de conferência internacional ou estabelecer qualquer outro procedimento para a adoção de convenções internacionais ou emendas de quaisquer convenções elaboradas pelo Comitê de Segurança Marítima, pelo Comitê Jurídico, pelo Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho ou por qualquer outro órgão da Organização;

l) remeter ao Conselho, para exame ou decisão, qualquer assunto da competência da Organização, ficando, porém, entendido que a faculdade de fazer recomendações, prevista no parágrafo j deste Artigo, não pode ser delegada.

#### Artigo 22

Primeiro, um novo parágrafo (a) é acrescentado, nos seguintes termos:

a) o Conselho examinará o projeto de programa de trabalho e as previsões orçamentárias preparadas pelo Secretário-Geral à luz das propostas do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho e de outros órgãos da Organização e, levando em conta estas propostas, estabelecerá e submeterá à Assembleia o programa de trabalho e o orçamento da Organização, em vista do interesse geral e das prioridades da Organização.

Segundo, o atual parágrafo (a) passa a ser o novo parágrafo (b), com a seguinte redação:

b) — o Conselho receberá os relatórios propostas e recomendações do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico, do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho e de outros órgãos da Organização e os transmitirá à Assembleia, e, quando a Assembleia não estiver em sessão, aos Membros, para fins de informação, fazendo-os acompanhar de suas recomendações e observações.

Terceiro, o atual parágrafo (b) passa a ser o novo parágrafo (c), com a seguinte redação:

c) — as questões que relevem dos Artigos 29, 34 e 39 só serão examinadas pelo Conselho após estudo do Comitê de Segurança Marítima, do Comitê Jurídico e do Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho

#### Artigo 24

O texto atual é substituído pelo seguinte:

O Conselho apresentará à Assembleia, em cada sessão ordinária, um relatório dos trabalhos realizados pela Organização desde a última Sessão Ordinária da Assembleia.

#### Artigo 25

O texto atual é substituído pelo seguinte:

O Conselho submeterá à Assembleia as contas da Organização juntamente com os comentários e as recomendações do Conselho.

#### Artigo 26

Primeiro, o texto atual passa a ser o parágrafo (a), e a remissão feita nesse parágrafo à Parte XII passa a ser a Parte XIV.

Segundo, um parágrafo (b), novo, é acrescentado, nos seguintes termos:

b) respeitadas as disposições da Parte XIV e as relações mantidas com outras organizações pelos Comitês respectivos, em virtude dos Artigos 29, 34 e 39, o Conselho assegura, entre as sessões da Assembleia, as relações com outras organizações.

#### Artigo 27

O texto atual é substituído pelo seguinte:

Entre as Sessões da Assembleia, o Conselho exercerá todas as funções da Organização, exceto as funções de fazer recomendações, de acordo com o parágrafo j do Artigo 16. Especificamente, o Conselho coordenará as atividades dos órgãos da Organização e fará, na

medida do estritamente necessário, as modificações no programa de trabalho que puderem se impor para assegurar o bom funcionamento da Organização.

#### Artigo 29

O atual texto é substituído pelo seguinte:

a) O Comitê de Segurança Marítima examinará todos os assuntos da competência da Organização, tais como auxílios à navegação marítima; construção e equipamento de navios; questões referentes à equipagem na medida em que interessem à segurança; regulamentos destinados a prevenir os abalroamentos; manipulação de cargas perigosas; requisitos e métodos para segurança no mar; informações hidrográficas; diários de bordo e documentos que interessem à navegação marítima; inquéritos sobre acidentes em alto-mar; salvamento de bens e pessoas, assim como todas as demais questões que se relacionem diretamente com a segurança marítima;

b) O Comitê de Segurança Marítima tomará todas as medidas necessárias ao bom desempenho das funções que lhe forem confiadas, por esta Convenção, pela Assembleia, ou de qualquer outra função que lhe for confiada no âmbito deste Artigo, ou nos termos ou em virtude de qualquer outro instrumento internacional, e aceita pela Organização;

c) Ressalvadas as disposições do Artigo 26, o Comitê de Segurança Marítima, a pedido do Conselho ou se o considerar útil no interesse de seu próprio trabalho, manterá relações estreitas com outras organizações a fim de promover os fins da Organização.

#### Artigo 30

O texto atual é substituído pelo seguinte:

O Comitê de Segurança Marítima submeterá ao Conselho:

a) as propostas para regras de segurança ou para emendas às regras de segurança que o Comitê houver elaborado;

b) as recomendações e as diretrizes que o Comitê houver elaborado;

c) um relatório dos trabalhos do Comitê, desde a última sessão do Conselho.

#### Novo Artigo 32

No fim da Parte VII, é acrescentado o novo Artigo 32, nos seguintes termos:

Não obstante qualquer disposição contrária desta Convenção, mas sem prejuízo das disposições do Artigo 28, o Comitê de Segurança Marítima, ao exercer funções que lhe forem atribuídas nos termos ou em virtude de uma convenção internacional ou de qualquer outro instrumento, deverá conformar-se às disposições pertinentes da convenção ou instrumento em apreço, especialmente no que diz respeito às regras de procedimento a serem seguidas.

#### Novas Partes VIII e IX

Após a atual Parte VII, são acrescentadas as novas Partes VIII e IX, compostas dos artigos 33 a 42, nos seguintes termos:

Parte VIII — Comitê Jurídico

#### Artigo 33

O Comitê Jurídico compõe-se de todos os Membros.

#### Artigo 34

a) O Comitê Jurídico examinará todas as questões jurídicas que sejam da competência da Organização;

b) O Comitê Jurídico tomará as medidas necessárias para o bom desempenho das funções que lhe forem confiadas por esta Convenção, pela Assembleia ou pelo Conselho, ou de qualquer função que lhe for confiada no âmbito deste Artigo, nos termos ou em virtude de qualquer outro instrumento internacional, e aceita pela Organização;

c) Ressalvadas as disposições do Artigo 26, o Comitê Jurídico, a pedido do Conselho ou se o considerar útil no interesse de seu pró-

prio trabalho, manterá estreitas relações com outras organizações a fim de promover os fins da Organização.

#### Artigo 35

O Comitê Jurídico submeterá ao Conselho:

- a) os projetos de convenções internacionais e de emendas às convenções internacionais elaboradas pelo Comitê;
- b) um relatório do trabalho do Comitê desde a última sessão do Conselho.

#### Artigo 36

O Comitê Jurídico se reunirá pelo menos uma vez por ano. Elegerá anualmente seus funcionários e adotará seu próprio regimento interno.

#### Artigo 37

Não obstante qualquer disposição contrária da presente Convenção, mas sem prejuízo das disposições do Artigo 33, o Comitê Jurídico, ao desempenhar funções que lhe forem confiadas nos termos ou em virtude de qualquer convenção internacional ou outro instrumento, deverá conformar-se às disposições pertinentes dessa convenção ou desse instrumento, principalmente no que se refere às regras de procedimento a serem seguidas.

Parte IX — Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho.

#### Artigo 38

O Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho compõe-se de todos os Membros.

#### Artigo 39

O Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho examinará todos os assuntos da competência da Organização relativos à prevenção e controle da poluição dos mares causada por navios, e especialmente:

- a) desempenhará as funções confiadas ou que venham a ser confiadas à Organização nos termos ou em virtude de convenções internacionais para a prevenção e controle de poluição marinha causada por navios, especialmente quanto à adoção e emendas de regras ou outras disposições, segundo previsto nessas convenções;
- b) examinará as medidas apropriadas para facilitar a implementação das convenções previstas no parágrafo a acima;
- c) tomará as medidas necessárias para a obtenção de dados científicos, técnicos e outros dados práticos sobre a prevenção e controle da poluição marinha causada por navios, para a distribuição aos Estados, principalmente aos países em desenvolvimento e quando for o caso, para fazer recomendações e elaborar diretrizes;
- d) promoverá a cooperação com organizações regionais relacionadas com a prevenção e controle da poluição marinha causada por navios, ressalvadas as disposições do Artigo 26;
- e) considerará e tomará as medidas apropriadas em relação a qualquer outro assunto da competência da Organização que contribua para a prevenção ou controle da poluição marinha causada por navios, inclusive a cooperação em assuntos de meio-ambiente com outras organizações internacionais, ressalvadas as disposições do Artigo 26.

#### Artigo 40

O Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho submeterá ao Conselho:

- a) as propostas de regras para a prevenção e controle da poluição marinha causada por navios, e de emendas a essas regras, elaboradas pelo Comitê;
- b) as recomendações e diretrizes elaboradas pelo Comitê;
- c) um relatório sobre o trabalho do Comitê desde a sessão anterior do Conselho.

#### Artigo 41

O Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho se reunirá pelo menos uma vez por ano e adotará seu próprio regimento interno.

#### Artigo 42

Não obstante qualquer disposição contrária da presente Convenção, mas sem prejuízo das disposições do Artigo 38, o Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, ao desempenhar funções que lhe forem confiadas nos termos ou em virtude de qualquer convenção internacional ou outro instrumento, deverá conformar-se às disposições pertinentes dessa convenção ou desse instrumento, principalmente no que se refere às regras de procedimento a serem seguidas.

As atuais Partes VIII até XVII passarão a ser as Partes X até XIX.

Os atuais Artigos 33 até 63 passarão a ser os Artigos 43 até 73.

#### Artigo 33 (novo Artigo 43)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

O Secretariado compreende o Secretário-Geral, assim como o pessoal de que possa necessitar a Organização. O Secretário-Geral é o mais alto funcionário da Organização e, sob reserva das disposições do Artigo 23, é quem nomeia o pessoal acima referido.

#### Artigo 34 (novo Artigo 44)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

Ao Secretariado compete manter em dia todos os assentamentos necessários ao cumprimento das tarefas da Organização e preparar, centralizar e distribuir as notas, documentos, ordens do dia, atas e informações úteis ao trabalho da Organização.

#### Artigo 38 (novo Artigo 48)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

O Secretário-Geral assumirá todas as outras funções que lhe possam ser confiadas pela Convenção, pela Assembleia ou pelo Conselho

#### Artigo 39 (novo Artigo 49)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

Cada Membro tomará a seu cargo os vencimentos, as despesas de viagem e demais despesas de sua delegação a reuniões realizadas pela Organização.

#### Artigo 42 (novo Artigo 52)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

Salvo disposição contrária desta Convenção ou de qualquer acordo internacional que confie funções à Assembleia, ao Conselho, ao Comitê de Segurança Marítima, ao Comitê Jurídico, ou ao Comitê de Proteção ao Meio Ambiente Marinho, as seguintes disposições serão aplicadas à votação nesses órgãos:

- a) cada Membro dispõe de um voto;
- b) as decisões serão tomadas por maioria dos votos dos Membros presentes e votantes e, quando for necessária uma maioria de dois terços, por uma maioria de dois terços dos Membros presentes;
- c) para fins da presente Convenção, a expressão "Membros presentes e votantes" significa "Membros presentes e que dão seu voto afirmativo ou negativo". Os Membros que se abstiverem serão considerados como não-votantes.

#### Artigo 52 (novo Artigo 62)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

Os textos dos projetos de emendas à Convenção serão comunicados aos Membros pelo Secretário-Geral ao menos seis meses antes que sejam submetidos ao exame da Assembleia. As emendas serão adotadas pela Assembleia por maioria de dois terços de votos. Doze meses após sua aprovação pelos dois terços dos Membros da Organização, excetuados os Membros associados, qualquer emenda entrará em vigor para todos os Membros, salvo para aqueles que, antes de sua entrada em vigor, fizerem uma declaração no sentido de que não aprovaram a referida emenda. A Assembleia pode especificar, por maioria de dois terços, no momento da adoção de uma

emenda, que essa é de natureza tal que todo Membro que tenha feito uma declaração semelhante e que, no prazo de doze meses a contar da data de sua entrada em vigor, não a tenha aceito, deixará de fazer parte da Convenção ao expirar o referido prazo.

#### Artigo 55 (novo Artigo 65)

O atual texto é substituído pelo seguinte:

Qualquer questão ou controvérsia relativa à aplicação ou à interpretação desta Convenção será submetida, para solução, à Assembléia, ou solucionada por qualquer outro modo acordado pelas Partes na controvérsia. Nada neste Artigo impedirá qualquer órgão da Organização de solucionar tal questão ou controvérsia que surgir durante o exercício de suas funções.

**As remissões que figuram nos Artigos relacionados abaixo passam a ser as seguintes:**

Artigo 6: a remissão ao Art. 57 passa a ser ao Artigo 67;

Artigo 7: a remissão ao Art. 57 passa a ser ao Artigo 67;

Artigo 8: a remissão ao Art. 57 passa a ser ao Artigo 67;

Artigo 9: a remissão ao Art. 58 passa a ser ao Artigo 68;

Artigo 53 e 54 (novos Artigos 63 e 64): as remissões ao Artigo 52 passam a ser ao Artigo 62;

Artigo 56 (novo Artigo 66): a remissão ao Artigo 55 passa a ser ao Artigo 65;

Artigo 58 (novo Artigo 68): a remissão no parágrafo d, ao Artigo 57 passa a ser ao Artigo 68

Artigo 59 (novo Artigo 69): a remissão no parágrafo b, ao Artigo 58 passa a ser ao Artigo 68; e

Artigo 60 (novo Artigo 70): a remissão ao Artigo 57 passa a ser ao Artigo 67.

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1977

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.1.1 — Comunicação da Presidência

Inexistência de *quorum* para abertura da sessão.

##### 1.1.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão. Encerramento.

##### 1.2 — Expediente despachado

##### 1.2.1 — Mensagens do Senhor Presidente da República

*Submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 109/77 (nº 185/77, na origem), referente à escolha do Doutor Raul Soares da Silveira, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Salvador Nogueira Dinis.

— Nº 110/77 (nº 186/77, na origem), referente à escolha do Doutor José Parsifal Barroso, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos.

*Restituindo autógrafos de projetos de lei sancionados:*

— Nº 111/77 (nº 182/77, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 34/77 (nº 2.983-C/76, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977.)

— Nº 112/77 (nº 183/77, na origem), referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 19/77 (nº 3.295-B/77, na Casa de origem), que fixa as diretrizes para a proteção à utilização dos faróis, faroletes e demais sinais visuais de auxílio à navegação na costa brasileira. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.421, de 6 de junho de 1977.)

*De agradecimento de comunicações*

— Nº 113/77 (nº 184/77, na origem), referente à aprovação de matérias constantes das Mensagens Presidenciais nºs 22, 128, 133 e 117, de 1977.

##### 1.2.2 — Ofícios do Sr. 1º-Secretário da Câmara dos Deputados

*Encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:*

— Projeto de Lei da Câmara nº 41/77 (nº 1.342-B/75, na Casa de origem), que veda às diretorias de bancos e entidades oficiais a participação nos lucros oriundos de aplicações em depósitos a prazo fixo, cadernetas de poupança ou títulos de renda.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/77 (nº 100-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975.

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/77 (nº 92-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência Geral da UNESCO, em sua XVIIª Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, com ressalva ao parágrafo 1º do artigo 16.

##### 1.2.3 — Pareceres

*Referentes às seguintes matérias:*

— Projeto de Lei do Senado nº 15/77, que estabelece normas para a expedição e validade de certificado de entidades de fins filantrópicos.

— Projeto de Lei do Senado nº 34/75, que institui registro para peças de valor histórico, quando comercializadas.

##### 1.2.4 — Projetos de Lei do Senado

— Nº 120/77, de autoria do Sr. Senador Otto Lehmann, que estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural e dá outras providências.

— Nº 121/77, subscrito pelo Sr. Senador Nelson Carneiro, que altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

— Nº 122/77, apresentado pelo Sr. Senador Jarbas Passariño, que dispõe os exames de validação pelos advogados provisionados e dá outras providências.

**2 — RETIFICAÇÕES**

— Ata da 74ª Sessão, realizada em 1-6-77.

**3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR**

— Do Sr. Nelson Carneiro, pronunciado na sessão de 2-6-77.

**4 — CONSULTORIA-GERAL**

— Parecer nº 45/77

**5 — PARECER DE COMISSÃO****6 — MESA DIRETORA****7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES****ATA DA 1ª REUNIÃO, EM 7 DE JUNHO DE 1977****3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura****PRESIDÊNCIA DO SR. MENDES CANALE**

**ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Adalberto Seta — José Guimard — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Luiz Viana — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Benjamim Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores.

Entretanto, acham-se presentes, em plenário, apenas 10 Srs. Senadores, não atingindo, portanto, o **quorum** mínimo necessário para a abertura da sessão, nos termos do art. 180, § 1º, do Regimento Interno.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente reunião, designando para a sessão ordinária de amanhã, a seguinte

**ORDEM DO DIA**

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 133, de 1977, do Sr. Senador Eurico Rezende, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do pronunciamento feito pelo Ministro Ney Braga, no dia 17 de maio de 1977.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 154, de 1977, do Sr. Senador Daniel Krieger, solicitando tenham tramitação em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 9, de 1975, e 25, de 1977, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que regulamentam a profissão de empregados de edifícios, e determinam outras providências.

— 3 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1975, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os "cartões de crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, e dá outras providências, tendo

**PARECERES**, sob nºs 307 a 309, de 1976, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, com as emendas que apresenta

de nºs 1 e 2-CCJ; 2º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Comissão de Economia, com as Emendas de nºs 1 e 2-CCJ anteriormente apresentadas e que ratifica; e

— **de Economia**: favorável ao projeto, nos termos do Substitutivo que oferece.

— 4 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1976 (nº 64-C/75, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao Artigo 20 do Código de Processo Penal — Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1942, tendo

**PARECER**, sob nº 124, de 1977, da Comissão:

— **de Constituição e Justiça**, favorável ao Projeto com a emenda que apresenta de nº 1-CCJ.

— 5 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1976 (nº 728-B/75, na Casa de origem), que altera dispositivo da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, tendo

**PARECERES**, sob nºs 231 e 232, de 1977, das Comissões:

— **de Segurança Nacional**, favorável; e

— **de Finanças**, contrário.

— 6 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1977 (nº 90-B/77, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Transporte Marítimo, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Polônia, em Varsóvia, a 26 de novembro de 1976, tendo

**PARECERES FAVORÁVEIS**, sob nºs 201 e 202, de 1977, das Comissões:

— **de Relações Exteriores**; e

— **de Transportes, Comunicações e Obras Públicas**.

— 7 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 152, de 1976, do Sr. Senador Orestes Quêrcia, que acrescenta parágrafo único ao artigo 439 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho), tendo

**PARECERES**, sob nºs 139 e 140, de 1977, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, pela aprovação;

— **de Legislação Social**, favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale)** — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14 horas e 35 minutos.)

Expediente despachado nos termos do § 1º do art. 180  
do Regimento Interno

## MENSAGENS

*Do Senhor Presidente da República, submetendo ao Senado a escolha de nomes indicados para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

MENSAGEM Nº 109, de 1977  
(Nº 185/77, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 42, item III, da Constituição, e artigo 4.º da Lei n.º 5.538, de 22 de novembro de 1968, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor Raul Soares da Silveira, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Salvador Nogueira Dinis.

Os méritos do Senhor Raul Soares da Silveira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, 6 de junho de 1977. — Ernesto Geisel.

### "CURRICULUM VITAE"

Raul Soares da Silveira, brasileiro, casado, filho de Erico da Silveira e Stella Soares da Silveira, natural da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro — RJ, nascido no dia 7 de setembro de 1918, Certificado de Reservista da 2.ª Categoria do Exército, n.º 57.538, Título de Eleitor n.º 42.851, circunscrição de Goiás, primeira zona, Técnico de Administração, nível superior, inscrito no Conselho Federal de Técnicos de Administração sob o n.º 547, registra em sua folha de serviço o seguinte:

I — Ingressou no serviço público em outubro de 1944, admitido na extinta Fundação Brasil Central, órgão que teve sua área de atuação precipuamente voltada para o desbravamento e a colonização da Região Centro-Oeste.

De 1944 a 1961, exerceu nessa Fundação, no Rio de Janeiro e no interior de Goiás e Mato Grosso, os cargos a seguir enumerados, por designação do Presidente da Entidade e Decreto do Presidente da República.

1) Por Portaria de 27-6-47, foi designado para o cargo de Assistente Administrativo dos Serviços de Engenharia da Fundação Brasil Central.

2) Em 11-3-48, passou a servir no Gabinete da Presidência, incumbido de todas as providências concernentes às atividades industriais e comerciais das empresas subsidiárias relacionadas com a FBC, conforme Memorando n.º 13/48, da Presidência.

3) Por Portaria de 5-5-48, foi designado para o cargo de Gerente da Usina Central Sul Goiana S.A. (Usina de Açúcar de Propriedade da Fundação Brasil Central) em Santa Helena, no Estado de Goiás.

4) Por Portaria de 22-6-50, foi designado para exercer funções de Encarregado da Estação Experimental Agrícola, em Rio Verde, Goiás.

5) Por Portaria de 19-7-50, foi designado para exercer o cargo de Chefe da Base de Aragarças, no Estado de Goiás (Principal Centro de Atividades da FBC, no interior).

6) Por Portaria de 13-7-51, foi designado para exercer o cargo de Inspetor da Fundação Brasil Central, com jurisdição na Base de Aragarças, Estrada Ara — Caiapônia — GO, exercendo ainda a Superintendência dos Serviços de Extração e Transportes de Cal, Madeira e Lenha, feitas pela Entidade, na região do sudoeste goiano.

7) Por Portaria de 10-1-52, foi designado para exercer o cargo de Chefe da Seção do Material da FBC, no Rio de Janeiro.

8) Por Portaria de 19-6-52, foi designado para o cargo de Chefe do Gabinete da Presidência da FBC.

9) Por Portaria de 14-7-52, foi designado para o cargo de Chefe do Escritório Central da FBC, no Rio de Janeiro, sem prejuízo de suas funções de Chefe do Gabinete da Presidência.

10) Por Portaria de 15-4-54, foi designado, para, na qualidade de Chefe do Gabinete da Presidência, responder pela Superintendência da FBC, com sede em Aragarças, Goiás.

11) Por Portaria de 11-2-55, foi designado para exercer, interinamente, o cargo de Chefe do Serviço Central de Tesouraria da FBC.

12) Em 10-10-55 — Por Portaria n.º 49/55, foi designado Assistente da Presidência, cumulativamente com as funções que exerce na Tesouraria Central em face do convênio assinado, a 23-6-55, em Belém do Pará, com o Ministério da Aeronáutica e a então Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA — hoje SUDAN.

13) Em 30-1-56 — Por Portaria n.º 9/56, foi designado para exercer a função de Chefe de Serviço de Correspondência e Registro.

14) Por Portaria de 9-3-56, foi designado para responder pelo expediente da Secretaria Geral da FBC.

15) Por Portaria de 30-4-57, foi designado para o cargo de Chefe do Serviço Central de Comunicações. Continuando a responder pela Secretaria Geral, na ausência do titular efetivo.

16) Por Decreto do Presidente da República de 29-7-60 (DO), foi designado para exercer, em Comissão, o cargo de Secretário Geral da FBC.

17) Por Portaria de 16-10-61, na qualidade de Secretário Geral, passou a responder pela Presidência da FBC.

18) Por Portaria de 25-4-62, sendo dispensado, a pedido, do cargo de Secretário Geral da FBC, passou a exercer as funções de Assessor da Presidência da mesma.

19) Por Portaria de 27-6-62, foi colocado à disposição da Presidência da República, a pedido da Chefia do Gabinete Civil.

## II — Na Presidência da República

1) Por Portaria interna de 29-6-62, do Chefe do Gabinete Civil, foi incluído na lotação do Gabinete Civil da Presidência da República e designado para exercer as funções de Assessor da 3.ª Subchefia.

2) Por Portaria publicada no DO de 29-10-64, foi designado para exercer as funções de Assessor da Chefia do Gabinete Civil da Presidência da República.

3) Em data de 24-11-64, foi posto à disposição do Interventor Federal do Estado de Goiás.

4) Por Decreto do Interventor Federal, publicado no DO do Estado de Goiás, de 1.º-12-64, foi designado



para funções de Chefe do Gabinete da Secretaria do Governo.

5) Por Decreto do Governador do Estado de Goiás, publicado no **DO** do Estado de 25-1-65, foi nomeado Secretário de Estado da Fazenda, continuando vinculado ao Gabinete Civil da Presidência da República.

6) Por Decreto do Presidente da República, publicado no **DO** de 23-3-66, foi designado para exercer a função de Subchefe Administrativo do Gabinete Civil Titular da Subchefia para Assuntos Sociais.

7) Por Portaria n.º 91/66, do Chefe do Gabinete Civil, publicado no **DO** de 15-7-66, foi designado para responder pela Subchefia para Assuntos de Administração Geral, cumulativamente com a Subchefia para Assuntos Sociais, da qual é titular.

8) Por Memorando n.º 110/67/CG/PL, de 20-2-67, do Chefe do Gabinete Civil, foi autorizado a, responder pelo expediente das Subchefias para Assuntos Econômicos e Financeiros e para Assuntos de Administração Geral, quando da ausência dos respectivos titulares.

9) Por Decreto do Presidente da República, publicado no **DO** de 14-3-67, foi posto à disposição do Governo do Estado da Bahia, continuando vinculado ao Gabinete Civil.

### III — No Governo do Estado da Bahia

1) Por Decreto do Governador do Estado, publicado no **DO** de 10-4-67, foi designado para exercer o cargo, em comissão, de Procurador Administrativo do Estado em Brasília (Representante).

2) Por Decreto n.º 21/927, publicado no **DO** de 15-7-70, que extinguiu a Procuradoria Administrativa do Estado, na Guanabara, e criou, em substituição, o Escritório de Representação Administrativa do Estado naquela cidade, teve a subordinação desse Escritório vinculado à Procuradoria Administrativa do Estado em Brasília, que passou a funcionar sob a sua orientação.

3) Em 2-1-73, assinou contrato com o Banco do Estado da Bahia S/A, para exercer as funções de Gerente da Agência daquele Banco em Brasília, cargo que assumiu efetivamente, a partir do dia 6-6-73, sem prejuízo de suas funções de Procurador-Administrativo do Estado.

4) Em setembro de 1975, foi dispensado, a pedido, do Governo do Estado da Bahia e posto à disposição do Governo do Distrito Federal.

### IV — No Governo do Distrito Federal

1) Em setembro de 1975, por indicação do Governador do Distrito Federal, foi eleito pela Assembleia-Geral da Companhia Imobiliária de Brasília — TERRACAP, para o cargo de Diretor-Comercial, no qual se encontra presentemente.

### V — Missões Especializadas

No período de 1950 a 1973, além das atividades normais das funções que exerceu, foi incumbido de vários trabalhos especializados, entre os quais se destacam:

1) Na Fundação Brasil Central — Período 1950/61, participou da Comissão que organizou o Quadro do Pessoal da Entidade e presidiu duas Comissões que estudaram o enquadramento e o aumento de vencimentos do Pessoal da FBC; presidiu a Comissão que elaborou o Primeiro Plano Quinquenal da FBC, e a que planejou e propôs modificações em sua estrutura orgânica.

2) Na Presidência da República — na qualidade de Representante do Gabinete Civil, presidiu a Comissão encarregada do levantamento e do exame da situação habitacional de Brasília (1963/1964); por designação dos Chefes de Gabinete Militar e Civil (junho de 1964), constituiu a Comissão de Revisão da Lotação do Pessoal nos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República; por designação do Chefe do Gabinete Civil, presidiu a Comissão encarregada de examinar e opinar pela liquidez das dívidas da Presidência da República, contraídas em exercícios anteriores até 1.º de abril de 1964.

3) No Governo do Estado da Bahia — Estruturou e Organizou a Procuradoria Administrativa do Estado em Brasília conforme decretos n.ºs 21.198, 21.199, publicados no **DO** de 26-3-69 e decreto n.º 22.312, publicado no **DO** de 19-3-71.

— Coordenou a instalação e organização da Agência do Banco do Estado da Bahia S/A, inaugurada em Brasília, no dia 6-6-73.

### VI — Outras Atividades

1) No período de 1934 a 1939 — serviu no Banco Boa Vista S/A, no Rio de Janeiro, registrando sua lotação nas Seções de Cadastro, Cobrança, Contas-Correntes, Contabilidade e Pessoal.

2) No período de março de 1968 a fins de 1971 — sem prejuízo de suas funções, no Governo do Estado da Bahia, assumiu o cargo de Diretor dos Departamentos de Relações Públicas, Pesquisas e Fotográfico dos Diários Associados em Brasília.

Nesse cargo organizou várias promoções relevantes na Capital da República, sendo a principal a Exposição de Imprensa Brasília 68, inaugurada pelo Vice-Presidente da República e Presidente do Senado Federal, no Hotel Nacional de Brasília.

3) Também foi membro do Conselho Fiscal das seguintes Empresas:

- Empresa Brasileira de Cervejas S/A
- Indaiá Águas Minerais S/A e
- Transbrasil S/A

### VII — Experiência Militar

Sua folha de serviço militar, registra ser reservista do Exército Brasileiro e do Exército Francês, tendo sido combatente na Segunda Grande Guerra Mundial, como voluntário nas Forças Francesas Livres, onde alistou-se no ano de 1940, em Londres, Inglaterra, para servir sob o comando do General Charles De Gaulle. Após ter participado de Companhia da Síria, em 1941, foi transferido para a Legião Estrangeira, onde serviu até junho de 1944. Esteve em Campanha de junho de 1941 a junho de 1944, tendo participado de várias batalhas no Egito, Líbia e Tunísia, destacando-se nas de El Daba e El Alamein no Egito, as de El Aden, Tobruk e Bir-Hakein, na Líbia e a de Zaghouam na Tunísia. Ferido em combate 3 (três) vezes, foi desmobilizado no posto de Sargento-Chefe da Legião Estrangeira, em junho de 1944. Sua desmobilização deu-se a seu pedido e com a ajuda do Governo brasileiro, para incorporar-se à FEB (Força Expedicionária Brasileira), mas foi impedido no seu intento pelas autoridades médicas do Exército Brasileiro, por ter sido considerado incapacitado para o serviço militar, em consequência do seu estado físico e dos seus ferimentos. Ingressou, então na vanguarda da Fundação Brasil Central, conforme citado inicialmente.

### VIII — Referências Elogiosas

No Boletim da Presidência da República (xerocópia anexa), publica as referências elogiosas que lhe

foram feitas pela sua atuação na Secretaria do Governo e Secretaria da Fazenda no Estado de Goiás.

### IX — Condecorações

Como reconhecimento aos serviços que prestou ao Brasil e à França, foi agraciado com as seguintes condecorações:

#### 1) Nacionais

- Ordem do Mérito Militar, no grau de oficial
- Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador
- Ordem do Mérito da Bahia, no grau de Comendador
- Medalha Mérito Tamandaré
- Medalha Jornalista Assis Chateaubriand

#### 2) Francesas

- Legião de Honra
- Cruz da Resistência
- Cruz de Guerra
- Cruz do Combatente
- Medalha Ferido de Guerra
- Medalha de Campanha, da Líbia e Tunísia.

### X — Declaração

O signatário declara que as informações contidas neste "Curriculum" são a expressão da verdade e que a documentação comprovante está em seu poder.

Brasília, 14 de abril de 1977. — Raul Soares da Silveira.

### MATÉRIA A QUE SE REFERE O ITEM VIII DO "CURRICULUM VITAE"

CÓPIA AUTÊNTICA — Cont. do Boletim Interno n.º 7, de 17 de fevereiro de 1965, fls. 50 ...  
4.ª Parte — Justiça e Disciplina — Referências Elogiosas — "Aprovo as referências elogiosas consignadas em Ofício n.º 33/65, de 22 de janeiro de 1965, do Interventor Federal em Goiás, referente ao servidor Raul Soares da Silveira que se distinguiu pela valiosa colaboração prestada à Interventoria em Goiás: Conhecedor profundo da administração pública, soube lastrear a sua experiência com os atributos de grande operosidade e absoluta seriedade. O seu padrão de trabalho, pela perfeição e rapidez, deve ser considerado como um exemplo para todos os funcionários públicos. Foi um auxiliar prestimoso e eficiente da Interventoria e prestou à administração do Estado serviços valiosos que o fazem credor do reconhecimento do governo." ... Gen Div Ernesto Geisel — Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República. — Brasília, 20 de outubro de 1966. Confere com o original: Affonso Henrique Coelho — Major Chefe do Serviço do Pessoal da Presidência da República. Antônio J. Cantanhede Filho, Assistente do Expediente, Serv. Pessoal.

CÓPIA AUTÊNTICA Do Elogio Consignado pelo Governador do Estado de Goiás, Marechal Emílio Rodrigues Ribas Júnior, ao Servidor Raul Soares da Silveira, Contido no Ofício n.º 7/66, de 31 de Janeiro de 1966 e Publicado no Boletim Interno n.º 7, de 16 de Fevereiro de 1966, à Folha n.º 57: "..... cumpro o agradável dever de deixar aqui consignados os meus sinceros agradecimentos a esse distinto auxiliar, pelos valiosos serviços que prestou à administração deste Estado. Exercendo, em época a mais delicada da vida política e administrativa de Goiás, o cargo de Secretário de Estado da Fazenda, de extraordinária expressão, recebeu o Sr. Raul Soares da Silveira um encargo que era, sem dúvida nenhuma, o mais pe-

sado de todos, porque da eficiência e do acordo da gestão fazendária, dependeu, preponderantemente, todo o êxito do meu Governo. A experiência, o valor, a dedicação e a integridade moral e profissional desse ilustre auxiliar, o credenciam ao exercício de novas e elevadas funções no honrado Governo de Vossa Excelência." Confere com o original: Affonso Henrique Coelho, Maj, Chefe do Serviço do Pessoal da Presidência da República. Brasília, 20 de outubro de 1966. — Antônio J. Cantanhede Filho, Assistente do Expediente, Serv. Pessoal.

*A Comissão do Distrito Federal.*

MENSAGEM Nº 110, DE 1977  
(Nº 186/77, na Origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos do artigo 42, item III, da Constituição, e artigo 4.º da Lei n.º 5.538, de 22 de novembro de 1968, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do Doutor José Parsifal Barroso, para exercer o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente da aposentadoria do Conselheiro Cyro Versiani dos Anjos.

Os méritos do Senhor José Parsifal Barroso, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 6 de junho de 1977. — Ernesto Geisel.

### "CURRÍCULO VITAE"

#### Identificação

Nome Completo: José Parsifal Barroso;  
Nacionalidade: Brasileira;  
Naturalidade: Fortaleza — CE;  
Nascimento: 5 de julho de 1913;  
Estado Civil: Casado;  
País: Hermínio Barroso e Emília Cunha Barroso (falecidos).  
Profissão: Advogado;  
Inscrições: OAB-CE 125 — Secretaria de Polícia do Estado do Ceará 4732 CPF n.º 000294403.  
Endereço: SQN 302, Bloco E, ap. 402, Brasília-DF.  
Fone: 24-0274  
Escolaridade  
1933 — Bachelier em Ciências Jurídicas e Sociais. Faculdade de Direito da Universidade do Ceará.  
1929 — Curso Secundário — Liceu do Ceará.

#### Atividade de Magistério

1948/1969 — Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Federal do Ceará (atual Faculdade de Ciências Sociais e Comunicação).

Cadeira: Introdução à Sociologia.

1963/1965 — Professor Efetivo (aposentado) da Escola de Administração do Ceará.

Cadeira: História das Doutrinas Políticas.

1963/1964 — Professor do Seminário Provincial de Filosofia.

Matéria: Filosofia.

1949/1950 — Professor da Faculdade Católica de Filosofia.

Cadeira: Teoria do Conhecimento.

1931/1948 — Professor (2.º Grau)

<b>Escola</b>	<b>Matéria</b>
Colégio Militar do Ceará	— Ciências Físicas e Naturais

Liceu do Ceará	Alemão
----------------	--------

Colégio Castelo	Química
-----------------	---------

Ginásio São João	Química
------------------	---------

Colégio Cearense	Química
------------------	---------

Instituto S. Luis	Química
-------------------	---------

Esc. de Com. Fenix Caixerai	Química
-----------------------------	---------

Colégio Imaculada Conceição	Química
-----------------------------	---------

Professor (1.º Grau)

Curso de Admissão Domingos Barroso	— Ciências Físicas e Naturais
------------------------------------	-------------------------------

#### Atividade Profissional

1935/1966 — Procurador de 1.ª Categoria (aposentado) do INPS (pertencia ao antigo IAPC).

#### Mandato Eleitoral (Estado do Ceará)

1975/1979 — Deputado Federal

1970/1974 — Deputado Federal

1959/1963 — Governador do Estado

1954/1958 — Senador da República

1950/1954 — Deputado Federal

1946/1950 — Deputado Estadual

1936/1957 — Deputado Estadual Classista. Classe dos Professores.

#### Cargo de Confiança

1975/1976 — Vice-Líder da ARENA

1972/1973 — Vice-Líder da ARENA

1956/1958 — Ministro de Estado do Trabalho, Indústria e Comércio.

#### Missão no Exterior

1972 — Delegado do Congresso Nacional junto à Assembléia Geral do Parlamento Latino-Americano. Guatemala.

1971 — Delegado do Congresso Nacional junto à Assembléia Geral da União Interparlamentar. Paris.

1956 — Chefe da Delegação Brasileira junto à Conferência Internacional do Trabalho (OIT). Genebra.

#### Obra Publicada

1973 — Um Francês Cearense.

1969 — O Cearense.

1950 — Pedro Nosso Irmão.

1930 — As Teorias de Geber.

#### Titularidade

Membro Titular do Instituto do Ceará.

#### Condecoração

Ano	Ordem	Grau
1973	Mérito Paraguaio	Grande Oficial
1963	Mérito Naval do Brasil	Comendador
1962	Mérito Naval da Espanha	Grande Oficial
1960	Mérito Santos Dumont	—

1960 Mérito Tamandaré

1960 Leopoldo (Bélgica)

1958 Mérito do Trabalho

1956 Imperatriz Leopoldina

Oficial

Grande Oficial

Parsifal Barroso

A Comissão do Distrito Federal.

#### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

##### Restituindo autógrafos de Projetos de Lei sancionados:

Nº 111/77 (nº 182/77, na origem), de 3 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 1977 (nº 2.983-C/76, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.420, de 3 de junho de 1977);

Nº 112/77 (nº 183/77, na origem), de 6 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1977 (nº 3.295-B/77, na Casa de origem), que fixa as diretrizes para a proteção à utilização dos faróis, faroletes e demais sinais visuais de auxílio à navegação na costa brasileira. (Projeto que se transformou na Lei nº 6.421, de 6 de junho de 1977).

##### De agradecimento de comunicações:

Nº 113/77 (nº 184/77, na origem), de 6 do corrente, referente à aprovação de matérias constantes das Mensagens Presidenciais nºs 22, 128, 133 e 117, de 1977.

#### OFÍCIOS

Do Sr. 1.º-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado autógrafos dos seguintes projetos:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 41, DE 1977

(nº 1.342-B/75, na Casa de origem)

Veda às diretorias de bancos e entidades oficiais a participação nos lucros oriundos de aplicações em depósitos a prazo fixo, cadernetas de poupança ou títulos de renda.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O resultado oriundo da aplicação feita por bancos oficiais, sociedades de economia mista e empresas públicas em depósitos a prazo fixo, cadernetas de poupança ou quaisquer outros títulos que rendam juros e/ou correção monetária, não será considerado quando da distribuição de percentuais do lucro final daquelas entidades, a título de gratificações à diretoria ou empregados.

Parágrafo único. Haverá, nos órgãos citados neste artigo, um sistema próprio de contabilidade para registrar todas as operações realizadas nas aplicações referidas, a fim de se identificar o lucro obtido.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

(As Comissões de Economia e de Finanças.)

#### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1977

(Nº 100-B/77, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

#### MENSAGEM Nº 99, DE 1977

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o disposto no Artigo 44, Inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, celebrado em São José da Costa Rica, a 26 de julho de 1975.

Brasília, 18 de abril de 1977. — **Ernesto Geisel.**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS Nº DEA/DAI/092/900 (040), DE 1º DE ABRIL DE 1977, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

À Sua Excelência o Senhor  
Ernesto Geisel,  
Presidente da República

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), firmado em São José da Costa Rica, em 26 de julho de 1975, pelo Brasil e vinte outros países participantes da Conferência de Plenipotenciários especialmente convocada para aquele fim, a saber: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Estados Unidos da América, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Protocolo em apreço resultou de estudos levados a efeito no seio da Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para a sua Reestruturação (CEESI), de acordo com o mandato que lhe foi conferido pela Resolução de número 127, do III Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, em abril de 1973.

3. O Protocolo de Reforma ao TIAR entrará em vigor, para os países que ratificarem segundo os seus respectivos procedimentos constitucionais, quando dois terços dos Estados signatários houverem efetuado o depósito de seus instrumentos de ratificação junto à Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos. Até a presente data, quatro países já o fizeram, quais seja: a República Dominicana, a Costa Rica, o Haiti e o México.

4. De acordo com orientação emanada de Vossa Excelência, durante os debates que se verificaram na referida Comissão em torno do texto do Protocolo, a posição do Brasil foi favorável a que se resguardasse a essência do Tratado, tendo em vista sua importância para a manutenção da paz no Continente Americano — e, conseqüentemente, para a própria segurança nacional — seja como fator ponderável de desestímulo a eventuais agressões extracontinentais, seja como instrumento suficientemente eficaz e flexível para permitir a solução de conflitos intra-regionais.

5. O novo texto atende a essas preocupações brasileiras, já que nenhuma das emendas aprovadas contraria interesses do Brasil.

6. O Protocolo vem incorporar ao TIAR emendas importantes, tais como: 1) a nova redação dada ao artigo 9º, com definição mais atualizada do conceito de "agressão", baseada em estudos realizados no âmbito da Organização das Nações Unidas e 2) a inclusão, por iniciativa de que participou o Brasil, de um item específico sobre "segurança econômica coletiva para o desenvolvimento".

7. O novo texto apresenta, ainda, outras modificações no que tange a: 1) diminuição, na parte compreendida no Hemisfério Norte, da área de aplicação prevista no artigo 4º do Tratado, cabendo registrar ter sido mantida, e mesmo ligeiramente aumentada, a área de

segurança no Atlântico Sul, de especial interesse para o Brasil; 2) redução da maioria requerida no artigo 17 nos casos de votação para a revisão de sanções impostas de conformidade com o artigo 8º do Tratado; e 3) a par da compulsoriedade das decisões do Órgão de Consulta, prevista no artigo 20 do Tratado vigente, inclusão do procedimento da "recomendação" aos Estados-Parte como uma das duas formas de materialização das medidas previstas no artigo 8º.

8. Nessas condições, remeto, em anexo, projeto de mensagem presidencial, para que Vossa Excelência, se assim houver por bem, encaminhe o incluso texto do Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca ao Congresso Nacional para exame e aprovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — **Antônio F. Azeredo da Silveira.**

#### PROTOCOLO DE REFORMA

##### Do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)

##### Preâmbulo

As Altas Partes Contratantes representadas na Conferência de Plenipotenciários reunida na cidade de San José, Costa Rica, por convocação feita no Quinto Período Ordinário de Sessões da Assembléia-Geral da Organização dos Estados Americanos, com a finalidade de adotar decisões sobre as emendas ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, apresentadas pela Comissão Especial para Estudar o Sistema Interamericano e Propor Medidas para sua Reestruturação, ajustar e coordenar os textos, elaborar o Protocolo de Reforma e assiná-lo.

Considerando: que as Altas Partes Contratantes estão animadas do desejo de consolidar e fortalecer suas relações amistosas, assegurar a paz entre os Estados americanos e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência política;

Que é indispensável que a segurança e a paz entre as nações americanas sejam garantidas por um instrumento acorde com a realidade histórica e os princípios do Sistema Interamericano;

Que as Altas Partes Contratantes desejam reiterar sua vontade de permanecer unidas dentro do Sistema Interamericano, compatível com os propósitos e princípios das Nações Unidas, bem como sua inalterável decisão de manter a paz e a segurança regionais mediante a prevenção e solução de conflitos e controvérsias que sejam suscetíveis de comprometê-las; reafirmar e fortalecer o princípio da não intervenção e o direito de cada Estado de escolher livremente sua organização política, econômica e social; e reconhecer que, para a manutenção da paz e da segurança no Continente, deve-se garantir também a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento dos Estados americanos; e

Que o Preâmbulo do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, tem, no que seja compatível com este Protocolo, um valor intrínseco que torna necessária sua manutenção, motivo por que se transcreve o mesmo a seguir.

"Em nome de seus Povos, os Governos representados na Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, animados pelo desejo de consolidar e fortalecer suas relações de amizade e boa vizinhança e,

Considerando: que a Resolução VIII da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, reunida na cidade do México, recomendou a celebração de um tratado destinado a prevenir e reprimir as ameaças e os atos de agressão contra qualquer dos países da América;

Que as Altas Partes Contratantes reiteram sua vontade de permanecer unidas dentro de um sistema interamericano compatível com os propósitos e princípios das Nações Unidas, e reafirmam a existência do acordo que celebraram sobre os assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais, que sejam suscetíveis de ação regional;

Que as Altas Partes Contratantes renovam sua adesão aos princípios de solidariedade e cooperação interamericanas e especialmente aos princípios enunciados nos considerandos e declarações do Ato de Chapultepec, todos os quais devem ser tidos por aceitos como normas de suas relações mútuas e como base jurídica do Sistema Interamericano;

Que, a fim de aperfeiçoar os processos de solução pacífica de suas controvérsias, pretendem celebrar o Tratado sobre "Sistema Interamericano de Paz", previsto nas Resoluções IX e XXXIX da Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz;

Que a obrigação de auxílio mútuo e de defesa comum das Repúblicas Americanas se acha essencialmente ligada a seus ideais democráticos e à sua vontade de permanente cooperação para realizar os princípios e propósitos de uma política de paz;

Que a comunidade regional americana sustenta como verdade manifesta que a organização jurídica é uma condição necessária para a segurança e a paz, e que a paz se funda na justiça e na ordem moral e, portanto, no reconhecimento e na proteção internacionais dos direitos e liberdades da pessoa humana, no bem-estar indispensável dos povos e na efetividade da democracia, para a realização internacional da justiça e da segurança";

#### CONVIEMAM NO SEGUINTE:

##### Artigo I

Os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º (atual 6º), 8º, 9º, 10 (atual 5º), 20 (atual 17) e 23 (atual 20) do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca passarão a ter a seguinte redação:

##### Artigo 1º

As Altas Partes Contratantes condenam formalmente a guerra e obrigam-se, nas suas relações internacionais, a não recorrer à ameaça nem ao uso da força, de qualquer forma incompatível com as disposições das Cartas da Organização dos Estados Americanos e das Nações Unidas ou deste Tratado.

##### Artigo 2º

Em consequência do princípio formulado no Artigo anterior, as Altas Partes Contratantes comprometem-se a resolver pacificamente as controvérsias entre si.

As Altas Partes Contratantes farão todos os esforços possíveis para conseguir a solução pacífica das controvérsias pelos processos e mecanismos previstos no Sistema Interamericano, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Esta disposição não será interpretada no sentido de prejudicar os direitos e obrigações dos Estados Partes de acordo com os Artigos 34 e 35 da Carta das Nações Unidas.

##### Artigo 3º

1. As Altas Partes Contratantes concordam em que um ataque armado de qualquer Estado contra um Estado Parte será considerado como um ataque contra todos os Estados Partes e, em consequência, cada uma delas se compromete a ajudar a fazer frente ao ataque no exercício do direito imane de legítima defesa individual ou coletiva que é reconhecido pelo Artigo 51 da Carta das Nações Unidas.

2. Por solicitação do Estado ou dos Estados Partes diretamente atacados por outro ou outros Estados Americanos, e até que o Órgão de Consulta previsto neste Tratado tome uma decisão, cada um dos Estados Partes poderá determinar, segundo as circunstâncias, as medidas imediatas que adote individualmente, em cumprimento da obrigação de que trata o parágrafo precedente.

3. Em caso de ataque armado de origem extracontinental contra um ou mais Estados Partes, e até que o Órgão de Consulta tome uma decisão, cada um dos Estados Partes poderá determinar, segundo as circunstâncias, por solicitação do Estado ou dos Estados Partes atacados, as medidas imediatas que adote no exercício de seu direito de legítima defesa individual ou coletiva, de acordo com o

Artigo 51 da Carta das Nações Unidas e com a obrigação estabelecida no Parágrafo 1 deste Artigo.

4. Para os fins do Parágrafos 2 e 3 deste Artigo, o Órgão de Consulta reunir-se-á sem demora, mediante convocação do Presidente do Conselho Permanente, com o objetivo de examinar as medidas imediatas que tenham sido adotadas pelos Estados Partes, com base no Parágrafo 1 deste Artigo, e acordar as medidas coletivas que sejam necessárias, inclusive a ação conjunta que possam empreender junto às Nações Unidas, a fim de que se tornem efetivas as disposições pertinentes da Carta daquela Organização.

5. O estipulado neste Artigo aplicar-se-á a todos os casos de ataque armado que se efetue contra um Estado Parte, na região descrita no Artigo 4º ou em território sob a plena soberania de um Estado Parte.

6. Poderão ser aplicadas as medidas de legítima defesa de que trata este Artigo, até que o Conselho de Segurança das Nações Unidas tenha tomado as medidas necessária para manter a paz e a segurança internacionais.

##### Artigo 4º

A região a que se refere este Tratado é a compreendida dentro dos seguintes limites:

Começando no Pólo Sul, daí diretamente para o norte até 7 graus de latitude sul e 90 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica até 15 graus de latitude norte e 118 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até 56 graus de latitude norte e 144 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até 52 graus de latitude norte e 150 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica até 46 graus de latitude norte e 180 graus de longitude; daí, por uma linha loxodrômica, até 50 graus de 36,4 minutos de latitude norte e 167 graus de longitude leste, coincidindo assim com o Ponto Final da Linha da Convenção Estados Unidos da América—Rússia, de 1867; daí, ao longo dessa Linha da Convenção, até o Ponto Inicial de Desvio a 65 graus e 30 minutos de latitude norte e 168 graus, 58 minutos, e 22,587 segundos de longitude oeste; daí diretamente para o norte ao longo dessa Linha da Convenção até seu Ponto Inicial a 72 graus de latitude norte; daí por uma linha loxodrômica, até 75 graus de latitude norte e 165 graus de longitude oeste; daí, diretamente para o leste até 75 graus de latitude norte e 140 graus de longitude oeste; daí, em círculo máximo, até um ponto a 86 graus e 30 minutos de latitude norte e 60 graus de longitude oeste; daí, ao longo do meridiano de 60 graus oeste, diretamente para o sul até 82 graus e 13 minutos de latitude norte, coincidindo com o Ponto número 127 da Linha do Acordo entre o Governo do Canadá e o Governo do Reino da Dinamarca, que entrou em vigor em 13 de março de 1974; daí, ao longo da Linha do Acordo, até o Ponto número 1 situado a 61 graus de latitude norte e 57 graus e 13,1 minutos de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até 47 graus de latitude norte e 43 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até um ponto a 36 graus de latitude norte e 65 graus de longitude oeste; daí, por uma linha loxodrômica, até um ponto no Equador situado a 20 graus de longitude oeste; daí diretamente para o sul até o Pólo Sul.

##### Artigo 5º

Se a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou a independência política de qualquer Estado Parte for afetada por um ato de agressão, dos determinados conforme o Artigo 9º deste Tratado, que não se enquadre no regime do Artigo 3º, ou por um conflito ou fato grave que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que devam ser tomadas em auxílio do Estado Parte afetado, bem como as medidas e gestões que convenha adotar e realizar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente.

Se a inviolabilidade ou a integridade do território ou a soberania ou a independência política de qualquer outro Estado Americano

for afetada por um ato de agressão, dos determinados conforme o Artigo 9º deste Tratado, ou por um conflito ou fato grave que possa por em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas e gestões que convenha adotar e realizar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança do Continente.

#### Artigo 8º

Sem prejuízo das gestões de caráter conciliador ou pacificador que o Órgão de Consulta realize, poderá ele, nos casos previstos nos Artigos 3º, 5º e 7º, adotar uma ou mais das seguintes medidas: retirada dos chefes de missão, rompimento de relações diplomáticas, rompimento de relações consulares, interrupção parcial ou total das relações econômicas ou das comunicações ferroviárias, marítimas, aéreas, postais, telegráficas, telefônicas, radiotelefônicas ou radiotelegráficas ou outros meios de comunicação, e emprego da força armada.

#### Artigo 9º

1. Agressão é o uso da força armada por um Estado contra a soberania, a integridade territorial ou a independência política de outro Estado, ou de qualquer outra forma incompatível com as Cartas das Nações Unidas ou da Organização dos Estados Americanos ou com este Tratado.

O primeiro uso da força armada por um Estado, em transgressão dos instrumentos antes mencionados, constituirá prova *prima facie* de um ato de agressão, ainda que o Órgão de Consulta possa concluir de conformidade com os referidos instrumentos, que a determinação de que um ato de agressão foi cometido não estaria justificada à luz de outras circunstâncias pertinentes, inclusive o fato de que os atos em apreço ou suas conseqüências não são de suficiente gravidade.

Nenhuma consideração, seja de natureza política, econômica, militar ou de outro caráter, poderá servir de justificação para uma agressão.

2. Segundo as disposições do Parágrafo 1 deste Artigo e de conformidade com elas, qualquer dos seguintes atos, independentemente de que haja ou não declaração de guerra, será caracterizado como ato de agressão:

a) invasão, pelas forças armadas de um Estado, do território de outro Estado, mediante travessia das fronteiras demarcadas de acordo com um tratado, sentença judicial ou *laudo arbitral* ou, na falta de fronteiras assim demarcadas, invasão que afete uma região que esteja sob a jurisdição efetiva de outro Estado, ou ataque armado por um Estado, contra o território ou a população de outro Estado, ou toda ocupação militar, ainda que temporária, resultante de tal invasão ou ataque, ou toda anexação, mediante o uso da força, do território de outro Estado ou de parte dele;

b) bombardeio, pelas forças armadas de um Estado, do território de outro Estado, ou emprego de quaisquer armas por um Estado contra o território de outro estado;

c) bloqueio dos portos ou das costas de um Estado pelas forças armadas de outro Estado;

d) ataque, pelas forças armadas de um Estado, contra as forças armadas terrestres, navais ou aéreas de outro Estado;

e) uso das forças armadas de um Estado, que se encontrem no território de outro Estado com o consentimento deste, em violação das condições estabelecidas no acordo respectivo ou todo prolongamento de sua presença no referido território depois de terminado o acordo;

f) ação de um Estado ao permitir que seu território posto à disposição de outro Estado, seja utilizado por este último para perpetrar ato de agressão contra um terceiro Estado;

g) envio, por um Estado ou em seu nome de bandos armados, grupos irregulares ou mercenários que pratiquem, contra outro Estado, atos de força armada de tal gravidade que sejam

equivalentes nos atos acima referidos, ou sua participação substancial nos referidos atos.

3. O Órgão de Consulta poderá determinar quais os outros casos concretos submetidos à sua consideração que, equivalentes por sua natureza e gravidade aos previstos neste Artigo, constituem agressão de acordo com as disposições dos instrumentos anteriormente mencionados.

#### Artigo 10

As Altas Partes Contratantes enviarão imediatamente ao Conselho de Segurança, de conformidade com os Artigos 51 e 54 da Carta das Nações Unidas, informações completas sobre as atividades desenvolvidas ou projetadas no exercício do direito de legítima defesa ou com o propósito de manter a paz e a segurança interamericanas.

#### Artigo 20

O Órgão de Consulta, salvo o disposto no parágrafo seguinte, adotará todas as suas decisões ou recomendações pelo voto de dois terços dos Estados Partes.

Para tornar sem efeito as medidas adotadas em conformidade com o Artigo 8º, requerer-se-á o voto da maioria absoluta dos referidos Estados.

#### Artigo 23

As medidas mencionadas no Artigo 8 poderão ser adotadas pelo Órgão de Consulta sob a forma de:

- a) decisões de aplicação obrigatória pelos Estados-Partes; ou
- b) recomendações aos Estados Partes.

Se o Órgão de Consulta adotar as medidas a que se refere este Artigo contra um Estado, qualquer outro Estado que for Parte neste Tratado e que se defrontar com problemas econômicos especiais originados pela execução das medidas em causa terá o direito de consultar o mencionado Órgão acerca da solução desses problemas.

Nenhum Estado será obrigado a empregar a força armada sem seu consentimento.

#### Artigo II

Ficam incorporados ao Tratado Interamericano de Assistência Recíproca os seguintes novos Artigos, assim numerados: 6º, 11, 12 e 27.

#### Artigo 6º

Todo auxílio que o Órgão de Consulta decida prestar a um Estado-Parte deverá contar, para sua execução, com o consentimento do referido Estado.

#### Artigo 11

As Altas Partes Contratantes reconhecem que, para a manutenção da paz e da segurança no Continente, deve-se garantir também a segurança econômica coletiva para o desenvolvimento dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos, mediante mecanismos adequados que serão estabelecidos num tratado especial.

#### Artigo 12

Nada do estipulado neste Tratado será interpretado no sentido de limitar ou diminuir, de forma alguma, o princípio da não intervenção e o direito de cada Estado de escolher livremente sua organização política, econômica e social.

#### Artigo 27

Este Tratado só poderá ser reformado numa conferência especial convocada para tal fim pela maioria dos Estados-Partes. As emendas entrarão em vigor logo que dois terços dos Estados-Partes tenham depositado seus instrumentos de ratificação.

**Artigo III**

Fica modificada, na seguinte forma, a numeração dos seguintes Artigos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca:

O 10 será 13; o 11 será 14; o 12 será 15; o 13 será 16; o 14 será 17; o 15 será 18; o 16 será 19; o 18 será 21; o 19 será 22; o 21 será 24; o 22 será 25; o 23 será 26; o 24 será 28; o 25 será 29; e o 26 será 30.

Em consequência, a menção que se faz, no atual Artigo 16 do Tratado, aos Artigos 13 e 15, será substituída, no Artigo 19 da nova numeração, pela referência aos Artigos 16 e 18.

**Artigo IV**

O Artigo 7 do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca conserva sua redação e numeração.

**Artigo V**

As expressões "Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos" e "Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos" substituirão, respectivamente, as expressões "Conselho Diretor da União Pan-Americana" e "União Pan-Americana", quando estas figurarem nos Artigos do Tratado que não tenham sido especificamente reformados por este Protocolo.

**Artigo VI**

Este Protocolo fica aberto à assinatura dos Estados-Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e será ratificado de acordo com as suas respectivas normas constitucionais. O instrumento original, cujos textos em espanhol, francês, inglês e português são igualmente autênticos, será depositado na Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, a qual enviará cópias autenticadas aos Governos dos Estados signatários, para fins de ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados na Secretaria-Geral e esta notificará de cada depósito os Estados-Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

**Artigo VII**

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e este Protocolo de Reforma ficam abertos à assinatura dos Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos que não sejam Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e serão ratificados de acordo com as suas respectivas normas constitucionais. Os instrumentos de ratificação serão depositados na Secretaria-Geral e esta notificará de cada depósito os Estados-Partes no Tratado.

**Artigo VIII**

Este Protocolo entrará em vigor, entre os Estados que o ratificarem, quando dois terços dos Estados signatários do mesmo tiverem depositado seus instrumentos de ratificação. Quanto aos restantes Estados, entrará em vigor na ordem em que depositarem os seus instrumentos de ratificação.

**Artigo IX**

Ao entrar em vigor este Protocolo, entender-se-á que os Estados-Membros da Organização dos Estados Americanos que não sejam Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e que assinem e ratifiquem este Protocolo também assinam e ratificam as partes não reformadas do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.

**Artigo X**

Este Protocolo será registrado na Secretaria das Nações Unidas por intermédio da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos.

**Artigo XI**

Ao entrar em vigor o Protocolo de Reforma, a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos elaborará um texto integral do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca que compreenderá as partes não reformadas do referido Tratado e as reformas introduzidas por este Protocolo. Esse texto será publicado após aprovação do Conselho Permanente da referida Organização.

**Artigo XII**

O Tratado Interamericano de Assistência Recíproca continuará vigente entre os Estados-Partes no referido Tratado. Uma vez que entre em vigor o Protocolo de Reforma, o Tratado emendado vigorará entre os Estados que houverem ratificado este Protocolo.

**Artigo XIII**

Os Estados-Partes no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, que não houverem ratificado o Protocolo de Reforma na data em que este entrar em vigor, poderão solicitar a convocação do Órgão de Consulta, bem como participar plenamente de todas as reuniões que o referido Órgão realizar, se assumirem, em cada caso, o compromisso formal de aceitar as decisões do Órgão de Consulta, adotadas em conformidade com o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca emendado pelo Protocolo de Reforma.

Em Fé do Que, os Plenipotenciários infra-assinados, cujos poderes foram achados em boa e devida forma, assinam este Protocolo, que se denominará "Protocolo de Reforma do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)", em San José, República de Costa Rica, aos vinte e seis dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e cinco.

(*As Comissões de Relações Exteriores e de Segurança Nacional.*)

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1977**  
(nº 92-B/77, na Câmara dos Deputados)

**Aprova o texto da Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência-Geral da UNESCO, em sua XVII Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, com ressalva ao Parágrafo 1º do Artigo 16.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção relativa à proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência-Geral da UNESCO, em sua XVII Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, com ressalva ao Parágrafo 1º do Artigo 16.

Art. 2º Este decreto legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

**MENSAGEM Nº 44, DE 1977**

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Em conformidade com o disposto no Artigo 44, Inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o texto da Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência-Geral da UNESCO, em sua XVII Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, com a ressalva constante da anexa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, referente ao Parágrafo 1º do Artigo 16, pelos motivos ali expostos.

Brasília, em 28 de fevereiro de 1977. — Ernesto Geisel.

**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DCINT/DAI/SRC/045/-641(015), DE 23 DE FEVEREIRO DE 1977, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.**

À Sua Excelência o Senhor  
Ernesto Geisel,  
Presidente da República.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o texto da Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovado pela Conferência-Geral da

UNESCO, em sua XVII Sessão, realizada em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972.

2. O documento foi elaborado por um Comitê de peritos, em abril de 1972, com a participação do Brasil, e aprovado pela Delegação brasileira à Conferência mencionada, de acordo com suas instruções, de cuja preparação participaram os órgãos governamentais brasileiros interessados.

3. O objetivo do referido texto é o estabelecimento de um sistema de proteção, em nível internacional, dos monumentos, conjuntos, lugares e sítios que integram o patrimônio cultural e natural da humanidade. Baseia-se no princípio de que o patrimônio cultural e natural constitui um patrimônio universal, para cuja proteção a comunidade internacional tem o dever de cooperar, respeitada plenamente a soberania do Estado em cujo território está situado.

4. Acresce dizer que o Parágrafo 1º do Artigo 16 da Convenção prevê a criação de um fundo para o financiamento de atividades de proteção ao patrimônio cultural e natural da humanidade. Consultados os órgãos do Governo com interesse no instrumento, concluiu-se pela conveniência de estabelecer reserva ao disposto nesse parágrafo, conforme faculta o parágrafo seguinte do mesmo artigo, de modo a evitar-se a obrigatoriedade de uma contribuição financeira por parte do Governo brasileiro. A França e os Estados Unidos da América aderiram à Convenção, com idêntica ressalva.

5. Nessas condições, submeto à alta apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem, a fim de que Vossa Excelência, se assim houver por bem, encaminhe ao Congresso Nacional o referido texto, para fins de exame e aprovação.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. —  
**Antônio F. Azeredo da Silveira.**

### CONVENÇÃO RELATIVA À PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL

A Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, em sua décima sétima sessão,

Verificando que o patrimônio cultural e o patrimônio natural são cada vez mais ameaçados de destruição, não somente pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica, que as agrava com fenômenos de alteração ou de destruição ainda mais temíveis,

Considerando que a degradação ou o desaparecimento de um bem do patrimônio cultural e natural constitui um empobrecimento nefasto do patrimônio de todos os povos do mundo,

Considerando que a proteção desse patrimônio em escala nacional é frequentemente incompleta, devido à magnitude dos meios de que necessita e à insuficiência dos recursos econômicos, científicos e técnicos do país em cujo território se acha o bem a ser protegido,

Tendo em mente que a Constituição da Organização dispõe que esta última ajudará a conservação, o progresso e a difusão do saber, velando pela preservação e proteção do patrimônio universal e recomendando aos povos interessados convenções internacionais para esse fim,

Considerando que as convenções, recomendações e resoluções internacionais existentes relativas aos bens culturais e naturais demonstram a importância que representa, para todos os povos do mundo, a salvaguarda desses bens incomparáveis e insubstituíveis, qualquer que seja o povo a que pertençam,

Considerando que bens do patrimônio cultural e natural apresentam um interesse excepcional e, portanto, devem ser preservados como elementos do patrimônio mundial da humanidade inteira,

Considerando que, ante a amplitude e a gravidade dos perigos novos que os ameaçam, cabe a toda a coletividade internacional tomar parte na proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, mediante a prestação de uma assistência cole-

tiva que, sem substituir a ação do Estado interessado, a complete eficazmente,

Considerando que é indispensável, para esse fim, adotar novas disposições convencionais que estabeleçam um sistema eficaz de proteção coletiva do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, organizado de modo permanente e segundo métodos científicos e modernos, e

Após haver decidido, quando de sua décima sexta sessão, que esta questão seria objeto de uma convenção internacional,

Adota neste dia dezesseis de novembro de 1972 a presente Convenção.

### I. DEFINIÇÕES DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

#### Artigo 1

Para os fins da presente Convenção serão considerados como "patrimônio cultural":

1 — os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

— os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

— os lugares notáveis: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como as zonas, inclusive lugares arqueológicos, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

#### Artigo 2

Para os fins da presente Convenção serão considerados como "patrimônio natural":

— os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

— as formações geológicas e fisiográficas e as áreas nitidamente delimitadas que constituam o *habitat* de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

— os lugares notáveis naturais ou as zonas naturais nitidamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

#### Artigo 3

Caberá a cada Estado Parte na presente Convenção identificar e delimitar os diferentes bens mencionados nos artigos 1 e 2 situados em seu território.

### II. PROTEÇÃO NACIONAL E PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL

#### Artigo 4

Cada um dos Estados Partes na presente Convenção reconhece que a obrigação de identificar, proteger, conservar, valorizar e transmitir às futuras gerações o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2, situado em seu território, lhe incumbe primordialmente. Procurará tudo fazer para esse fim, utilizando ao máximo seus recursos disponíveis, e, quando for o caso, mediante a assistência e cooperação internacional de que possa beneficiar-se, notadamente nos planos financeiros, artísticos, científico e técnico.

#### Artigo 5

A fim de garantir a adoção de medidas eficazes para a proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural situado em seu território, os Estados Partes na presente Convenção



procurarão na medida do possível, e nas condições apropriadas a cada país:

a) adotar uma política geral que vise a dar ao patrimônio cultural e natural uma função na vida da coletividade e a integrar a proteção desse patrimônio nos programas de planificação geral;

b) instituir em seu território, na medida em que não existam, um ou mais serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e natural, dotados de pessoal e meios apropriados que lhes permitam realizar as tarefas a eles confiadas;

c) desenvolver os estudos e as pesquisas científicas e técnicas e aperfeiçoar os métodos de intervenção que permitam a um Estado fazer face aos perigos que ameaçam seu patrimônio cultural ou natural;

d) tomar as medidas jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras adequadas para a identificação, proteção, conservação, revalorização e reabilitação desse patrimônio; e

e) facilitar a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de formação no campo da proteção, conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural e estimular a pesquisa científica nesse campo.

#### Artigo 6

1. Respeitando plenamente a soberania dos Estados em cujo território esteja situado o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2, e sem prejuízo dos direitos reais previstos pela legislação nacional sobre tal patrimônio, os Estados Partes na presente Convenção reconhecem que esse constitui um patrimônio universal em cuja proteção a comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar.

2. Os Estados Partes comprometem-se, conseqüentemente, e de conformidade com as disposições da presente Convenção, a prestar seu concurso para a identificação, proteção, conservação e revalorização do patrimônio cultural e natural mencionado nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11, caso o solicite o Estado em cujo território o mesmo esteja situado.

3. Cada um dos Estados Partes na presente Convenção obriga-se a não tomar deliberadamente qualquer medida suscetível de pôr em perigo, direta ou indiretamente, o patrimônio cultural e natural mencionado nos artigos 1 e 2 que esteja situado no território de outros Estados Partes nesta Convenção.

#### Artigo 7

Para os fins da presente Convenção, entender-se-á por proteção internacional do patrimônio mundial cultural e natural o estabelecimento de um sistema de cooperação e assistência internacionais destinado a secundar os Estados Partes na Convenção nos esforços que desenvolvam no sentido de preservar e identificar esse patrimônio.

### III. COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL

#### Artigo 8

1. Fica criado junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura um Comitê Intergovernamental da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, denominado "o Comitê do Patrimônio Mundial". Compor-se-á de 15 Estados Partes nesta Convenção, eleitos pelos Estados Partes na Convenção reunidos em Assembleia-Geral durante as sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. O número dos Estados-membros do Comitê será aumentado para 21 a partir da sessão ordinária da Conferência Geral que se seguir à entrada em vigor, para 40 ou mais Estados, da presente Convenção.

2. A eleição dos membros do Comitê deverá garantir uma representação equitativa das diferentes regiões e culturas do mundo.

3. Assistirão às reuniões do Comitê, com voto consultivo, um representante do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (Centro de Roma), um representante do Conselho Internacional de Monumentos e Lugares de Interesse Artístico e Histórico (ICOMOS) e um representante da União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN), aos quais poderão juntar-se, a pedido dos Estados Partes reunidos em Assembleia-Geral durante as sessões ordinárias da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, representantes de outras organizações intergovernamentais ou não-governamentais que tenham objetivos semelhantes.

#### Artigo 9

1. Os Estados-membros do Comitê do Patrimônio Mundial exercerão seu mandato a partir do término da sessão ordinária da Conferência Geral em que hajam sido eleitos até o término da terceira sessão ordinária seguinte.

2. No entanto, o mandato de um terço dos membros designados por ocasião da primeira eleição expirará ao término da primeira sessão ordinária da Conferência Geral que se seguir àquela em que tenham sido eleitos, e o mandato de outro terço dos membros designados ao mesmo tempo expirará ao término da segunda sessão ordinária da Conferência Geral que se seguir àquela em que hajam sido eleitos. Os nomes desses membros serão sorteados pelo Presidente da Conferência Geral após a primeira eleição.

3. Os Estados-membros do Comitê escolherão para representá-los pessoas qualificadas no campo do patrimônio cultural ou do patrimônio natural.

#### Artigo 10

1. O Comitê do Patrimônio Mundial aprovará seu regimento interno.

2. O Comitê poderá a qualquer tempo convidar para suas reuniões organizações públicas ou privadas, bem como pessoas físicas, para consultá-las sobre determinadas questões.

3. O Comitê poderá criar os órgãos consultivos que julgar necessários para a realização de suas tarefas.

#### Artigo 11

1. Cada um dos Estados Partes na presente Convenção apresentará, na medida do possível, ao Comitê do Patrimônio Mundial um inventário dos bens do patrimônio cultural e natural situados em seu território que possam ser incluídos na lista mencionada no parágrafo 2 do presente artigo. Esse inventário, que não será considerado como exaustivo, deverá conter documentação sobre o local onde estão situados esses bens e sobre o interesse que apresentem.

2. Com base no inventário apresentado pelos Estados, em conformidade com o parágrafo 1, o Comitê organizará, manterá em dia e publicará, sob o título de "Lista do Patrimônio Mundial", uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural, tais como definidos nos artigos 1 e 2 da presente Convenção, que considere como tendo valor universal excepcional segundo os critérios que haja estabelecido. Uma lista atualizada será distribuída pelo menos uma vez em cada dois anos.

3. A inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial não poderá ser feita sem o consentimento do Estado interessado. A inclusão de um bem situado num território que seja objeto de reivindicação de soberania ou jurisdição por parte de vários Estados não prejudicará em absoluto os direitos das partes em litígio.

4. O Comitê organizará, manterá em dia e publicará, quando o exigirem as circunstâncias, sob o título de "Lista do Patrimônio Mundial em Perigo", uma lista dos bens constantes da Lista do Patrimônio Mundial para cuja salvaguarda sejam necessários grandes

trabalhos e para os quais haja sido pedida assistência, nos termos da presente Convenção. Nessa lista será indicado o custo aproximado das operações. Em tal lista somente poderão ser incluídos os bens do patrimônio cultural e natural que estejam ameaçados de perigos sérios e concretos, tais como ameaça de desaparecimento devido a degradação acelerada, projetos de grandes obras públicas ou privadas, rápido desenvolvimento urbano e turístico, destruição devida a mudança de utilização ou de propriedade da terra, alterações profundas devidas a uma causa desconhecida, abandono por quaisquer razões, conflito armado que haja irrompido ou ameace irromper, catástrofes e cataclismas, grandes incêndios, terremotos, deslizamentos de terreno, erupções vulcânicas, alterações do nível das águas, inundações e maremotos. Em caso de urgência, poderá o Comitê, a qualquer tempo, incluir novos bens na Lista do Patrimônio Mundial e dar a tal inclusão uma difusão imediata.

5. O Comitê definirá os critérios com base nos quais um bem do patrimônio cultural ou natural poderá ser incluído em uma ou outra das listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

6. Antes de recusar um pedido de inclusão de um bem numa das duas listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo, o Comitê consultará o Estado-Parte em cujo território se encontrar o bem do patrimônio cultural ou natural em causa.

7. O Comitê, com a concordância dos Estados interessados coordenará e estimulará os estudos e pesquisas necessárias para a composição das listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do presente artigo.

#### Artigo 12

O fato de que um bem do patrimônio cultural ou natural não haja sido incluído numa ou outra das duas listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11 não significará, em absoluto, que ele não tenha valor universal excepcional para fins distintos dos que resultam da inclusão nessas listas.

#### Artigo 13

1. O Comitê do Patrimônio Mundial receberá e estudará os pedidos de assistência internacional formulados pelos Estados Partes na presente Convenção no que diz respeito aos bens do patrimônio cultural e natural situados em seus territórios, que figurem ou sejam suscetíveis de figurar nas listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11. Esses pedidos poderão ter por objeto a proteção, a conservação, a revalorização ou a reabilitação desses bens.

2. Os pedidos de assistência internacional em conformidade com o parágrafo 1º do presente artigo poderão também ter por objeto a identificação dos bens do patrimônio cultural e natural definidos nos artigos 1º e 2º quando as pesquisas preliminares demonstrarem que merecem ser prosseguidas.

3. O Comitê decidirá sobre tais pedidos, determinará, quando for o caso, a natureza e a amplitude de sua assistência e autorizará a conclusão, em seu nome, dos acordos necessários com o governo interessado.

4. O Comitê estabelecerá uma ordem de prioridade para suas intervenções. Falo-á tomando em consideração a importância respectiva dos bens a serem salvaguardados para o patrimônio cultural e natural, a necessidade de assegurar a assistência internacional aos bens mais representativos da natureza ou do gênio e a história dos povos do mundo, a urgência dos trabalhos que devam ser empreendidos, a importância dos recursos dos Estados em cujo território se achem os bens ameaçados e, em particular, a medida em que esses poderiam assegurar a salvaguarda desses bens por seus próprios meios.

5. O Comitê organizará, manterá em dia e difundirá uma lista dos bens para os quais uma assistência internacional houver sido fornecida.

6. O Comitê decidirá sobre a utilização dos recursos do Fundo criado em virtude do disposto no artigo 15 da presente Convenção.

Procurará os meios de aumentar-lhe os recursos e tomará todas as medidas que para tanto se fizerem necessárias.

7. O Comitê cooperará com as organizações internacionais e nacionais, governamentais e não-governamentais, que tenham objetivos semelhantes aos da presente Convenção. Para elaborar seus programas e executar seus projetos, o Comitê poderá recorrer a essas organizações e, em particular, ao Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauração dos Bens Culturais (Centro de Roma), ao Conselho Internacional dos Monumentos e Lugares Históricos (ICOMOS) e à União Internacional para a Conservação da Natureza e de seus Recursos (UICN), bem como a outras organizações públicas ou privadas e a pessoas físicas.

8. As decisões do Comitê serão tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes. Constituirá **quorum** a maioria dos membros do Comitê.

#### Artigo 14

1. O Comitê do Patrimônio Mundial será assistido por um secretariado nomeado pelo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

2. O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, utilizando, o mais possível, os serviços do Centro Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (Centro de Roma), do Conselho Internacional dos Monumentos e Lugares Históricos (ICOMOS) e da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos (UICN), dentro de suas competências e possibilidades respectivas, preparará a documentação do Comitê, a agenda de suas reuniões e assegurará a execução de suas decisões.

### IV. FUNDO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL CULTURAL E NATURAL

#### Artigo 15

1. Fica criado um Fundo para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de Valor Universal Excepcional, denominado "o Fundo do Patrimônio Mundial".

2. O Fundo será constituído como fundo fiduciário, em conformidade com o Regulamento Financeiro da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

3. Os recursos do Fundo são constituídos:

a) pelas contribuições obrigatórias e pelas contribuições voluntárias dos Estados Partes na presente Convenção;

b) pelas contribuições, doações ou legados que possam fazer:

i) outros Estados,

ii) a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, as outras organizações do sistema das Nações Unidas, notadamente o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e outras organizações intergovernamentais, e

iii) órgãos públicos ou privados ou pessoas físicas;

c) por quaisquer juros produzidos pelos recursos do Fundo;

d) pelo produto das coletas e pelas receitas oriundas de manifestações realizadas em proveito do Fundo, e

e) por quaisquer outros recursos autorizados pelo Regulamento do Fundo, a ser elaborado pelo Comitê do Patrimônio Mundial.

4. As contribuições ao Fundo e as demais formas de assistência fornecidas ao Comitê somente poderão ser destinadas aos fins por ele definidos. O Comitê poderá aceitar contribuições destinadas a um determinado programa ou a um projeto concreto, contanto que o Comitê haja decidido pôr em prática esse programa ou executar esse projeto. As contribuições ao Fundo não poderão ser acompanhadas de quaisquer condições políticas.

#### Artigo 16

1. Sem prejuízo de qualquer contribuição voluntária complementar, os Estados Partes na presente Convenção comprometem-

se a pagar regularmente, de dois em dois anos, ao Fundo do Patrimônio Mundial, contribuições cujo montante, calculado segundo uma percentagem uniforme aplicável a todos os Estados, será decidido pela Assembleia-Geral dos Estados Partes na Convenção, reunidos durante as sessões da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Essa decisão da Assembleia-Geral exigirá a maioria dos Estados Partes presentes e votantes que não houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2º do presente artigo. Em nenhum caso poderá a contribuição obrigatória dos Estados Partes na Convenção ultrapassar 1% de sua contribuição ao Orçamento Ordinário da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

2. Todavia, qualquer dos Estados a que se refere o artigo 31 ou o artigo 32 da presente Convenção poderá, no momento do depósito de seu instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, declarar que não se obriga pelas disposições do parágrafo 1º do presente artigo.

3. Um Estado Parte na Convenção que houver feito a declaração a que se refere o parágrafo 2º do presente artigo poderá, a qualquer tempo, retirar dita declaração mediante notificação ao *Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*. No entanto, a retirada da declaração somente terá efeito sobre a contribuição obrigatória devida por esse Estado a partir da data da Assembleia-Geral dos Estados Partes que se seguir a tal retirada.

4. Para que o Comitê esteja em condições de prever suas operações de maneira eficaz, as contribuições dos Estados Partes na presente Convenção que houverem feito a declaração mencionada no parágrafo 2º do presente artigo terão de ser entregues de modo regular, pelo menos de dois em dois anos, e não deverão ser inferiores às contribuições que teriam de pagar se tivessem se obrigado pelas disposições do parágrafo 1º do presente artigo.

5. Um Estado Parte na Convenção que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição obrigatória ou voluntária, no que diz respeito ao ano em curso e ao ano civil imediatamente anterior, não é elegível para o Comitê do Patrimônio Mundial, não se aplicando esta disposição por ocasião da primeira eleição. Se tal Estado já for membro do Comitê, seu mandato se extinguirá no momento em que se realizem as eleições previstas no artigo 8º, parágrafo 1º, da presente Convenção.

#### Artigo 17

Os Estados Partes na presente Convenção considerarão ou favorecerão a criação de fundações ou de associações nacionais públicas ou privadas que tenham por fim *estimular as liberalidades em favor da proteção do patrimônio cultural e natural* definido nos artigos 1º e 2º da presente Convenção.

#### Artigo 18

Os Estados Partes na presente Convenção prestarão seu concurso às campanhas internacionais de coleta que forem organizadas em benefício do Fundo do Patrimônio Mundial sob os auspícios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Facilitarão as coletas feitas para esses fins pelos órgãos mencionados no parágrafo 3º, artigo 15.

### V. CONDIÇÕES E MODALIDADES DA ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL

#### Artigo 19

Qualquer Estado Parte na presente Convenção poderá pedir uma assistência internacional em favor de bens do patrimônio cultural ou natural de valor universal excepcional situados em seu território. Deverá juntar a seu pedido os elementos de informação e os documentos previstos no artigo 21 de que dispuser e de que o Comitê tenha necessidade para tomar sua decisão.

#### Artigo 20

Ressalvadas as disposições do parágrafo 2 do artigo 13, da alínea c do artigo 22, e do artigo 23, a *assistência internacional* prevista pela presente Convenção somente poderá ser concedida a bens do patrimônio cultural e natural que o Comitê do Patrimônio Mundial haja decidido ou decida fazer constar numa das listas mencionadas nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11.

#### Artigo 21

1. O Comitê do Patrimônio Mundial determinará a forma de exame dos pedidos de assistência internacional que é chamado a fornecer e indicará notadamente os elementos que deverão constar ao pedido, o qual *deverá descrever a operação projetada, os trabalhos necessários, uma estimativa de seu custo, sua urgência e as razões pelas quais os recursos do Estado solicitante não lhe permitam fazer face à totalidade da despesa*. Os pedidos deverão, sempre que possível, apoiar-se em parecer de especialistas.

2. Em razão dos trabalhos que se tenha de empreender sem demora, os pedidos com base em calamidades naturais ou em catástrofes naturais deverão ser examinados com urgência e prioridade pelo Comitê, que deverá dispor de um fundo de reserva para tais eventualidades.

3. Antes de tomar uma decisão, o Comitê procederá aos estudos e consultas que julgar necessários.

#### Artigo 22

A assistência prestada pelo Comitê do Patrimônio Mundial poderá tomar as seguintes formas:

a) estudos sobre os problemas artísticos, científicos e técnicos levantados pela proteção, conservação, revalorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural, tal como definido nos parágrafos 2 e 4 do artigo 11 da presente Convenção;

b) serviços de peritos, de técnicos e de mão-de-obra qualificada para velar pela boa execução do projeto aprovado;

c) formação de especialistas de todos os níveis em matéria de identificação, proteção, conservação, revalorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural;

d) fornecimento do equipamento que o Estado interessado não possua ou não esteja em condições de adquirir;

e) empréstimos a juros reduzidos, sem juros, ou reembolsáveis a longo prazo;

f) concessão, em casos excepcionais e especialmente motivados, de subvenções não reembolsáveis.

#### Artigo 23

O Comitê do Patrimônio Mundial poderá igualmente fornecer uma assistência internacional a centros nacionais ou regionais de formação de especialistas de todos os níveis em matéria de identificação, proteção, conservação, revalorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural.

#### Artigo 24

Uma assistência internacional de grande vulto somente poderá ser concedida após um estudo científico, econômico e técnico pormenorizado. Esse estudo deverá recorrer às mais avançadas técnicas de proteção, conservação, revalorização e reabilitação do patrimônio cultural e natural e corresponder aos objetivos da presente Convenção. O estudo deverá também procurar os meios de utilizar racionalmente os recursos disponíveis no Estado interessado.

#### Artigo 25

O financiamento dos trabalhos necessários não deverá, em princípio, incumbir à comunidade internacional senão parcialmente. A participação do Estado que se beneficiar da assistência internacional deverá constituir uma parte substancial dos recursos destinados a cada programa ou projeto, salvo se seus recursos não o permitirem.

**Artigo 26**

O Comitê do Patrimônio Mundial e o Estado beneficiário determinarão no acordo que concluírem as condições em que será executado um programa ou projeto para o qual for fornecida assistência internacional nos termos da presente Convenção. Incumbirá ao Estado que receber essa assistência internacional continuar a proteger, conservar e revalorizar os bens assim salvaguardados, em conformidade com as condições estabelecidas no acordo.

**VI. PROGRAMAS EDUCATIVOS****Artigo 27**

1. Os Estados Partes na presente Convenção procurarão por todos os meios apropriados, especialmente por programas de educação e de informação, fortalecer a apreciação e o respeito de seus povos pelo patrimônio cultural e natural definido nos artigos 1 e 2 da Convenção.

2. Obrigar-se-ão a informar amplamente o público sobre as ameaças que pesem sobre esse patrimônio e sobre as atividades empreendidas em aplicação da presente Convenção.

**Artigo 28**

Os Estados Partes na presente Convenção que receberem assistência internacional em aplicação da Convenção tomarão as medidas necessárias para tornar conhecidos a importância dos bens que tenham sido objeto dessa assistência e o papel que esta houver desempenhado.

**VII. RELATÓRIOS****Artigo 29**

1. Os Estados-Partes na presente Convenção indicarão nos relatórios que apresentarem à Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, nas datas e na forma que esta determinar, as disposições legislativas e regulamentares e as outras medidas que tiverem adotado para a aplicação da Convenção, bem como a experiência que tiverem adquirido neste campo.

2. Esses relatórios serão levados ao conhecimento do Comitê do Patrimônio Mundial.

3. O Comitê apresentará um relatório de suas atividades em cada uma das sessões ordinárias da Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

**VIII. CLÁUSULAS FINAIS****Artigo 30**

A presente Convenção foi redigida em inglês, árabe, espanhol, francês e russo, sendo os cinco textos igualmente autênticos.

**Artigo 31**

1. A presente Convenção será submetida à ratificação ou à aceitação dos Estados-Membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, na forma prevista por suas constituições.

2. Os instrumentos de ratificação ou aceitação serão depositados junto ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

**Artigo 32**

1. A presente Convenção ficará aberta à assinatura de todos os Estados não-membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura que forem convidados a aderir a ela pela Conferência-Geral da Organização.

2. A adesão será feita pelo depósito de um instrumento de adesão junto ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura.

**Artigo 33**

A presente Convenção entrará em vigor três meses após a data do depósito do vigésimo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão, mas somente com relação aos Estados que houverem depositado seus respectivos instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão nessa data ou anteriormente. Para os demais Estados, entrará em vigor três meses após o depósito do respectivo instrumento de ratificação, aceitação ou adesão.

**Artigo 34**

Aos Estados-Partes na presente Convenção que tenham um sistema constitucional federativo ou não-unitário aplicar-se-ão as seguintes disposições:

a) no que diz respeito às disposições da presente Convenção cuja execução seja objeto da ação legislativa do Poder Legislativo Federal ou central, as obrigações do Governo Federal ou central serão as mesmas que as dos Estados-Partes que não sejam Estados federativos;

b) no que diz respeito às disposições desta Convenção cuja execução seja objeto da ação legislativa de cada um dos Estados, países, províncias ou cantões constituintes, que não sejam, em virtude do sistema constitucional da federação, obrigados a tomar medidas legislativas, o Governo Federal levará, com seu parecer favorável, dichas disposições ao conhecimento das autoridades competentes dos Estados, países, províncias ou cantões.

**Artigo 35**

1. Cada Estado-Parte na presente Convenção terá a faculdade de denunciá-la.

2. A denúncia será notificada por instrumento escrito depositado junto ao Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

3. A denúncia terá efeito 12 meses após o recebimento do instrumento de denúncia. Não modificará em nada as obrigações financeiras a serem assumidas pelo Estado denunciante, até a data em que a retirada se tornar efetiva.

**Artigo 36**

O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura informará os Estados-Membros da Organização, os Estados não-membros mencionados no Artigo 32, bem como a Organização das Nações Unidas, do depósito de todos os instrumentos de ratificação, aceitação ou adesão a que se referem os Artigos 31 e 32, e das denúncias previstas no Artigo 35.

**Artigo 37**

1. A presente Convenção poderá ser revista pela Conferência-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. No entanto, a revisão somente obrigará os Estados que se tornarem partes na Convenção revista.

2. Caso a Conferência-Geral venha a adotar uma nova Convenção que constitua uma revisão total ou parcial da presente Convenção, e a menos que a nova Convenção disponha de outra forma, a presente Convenção deixará de estar aberta à ratificação, à aceitação ou à adesão, a partir da data de entrada em vigor da nova Convenção revista.

**Artigo 38**

Em conformidade com o Artigo 102 da Carta das Nações Unidas, a presente Convenção será registrada no Secretariado das Nações Unidas a pedido do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Feito em Paris, neste dia vinte e três de novembro de 1972, em dois exemplares autênticos assinados pelo Presidente da Conferência-Geral, reunida em sua décima sexta sessão, e pelo Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, os quais serão depositados nos arquivos da Organização

das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e cujas cópias autenticadas serão entregues a todos os Estados mencionados nos Artigos 31 e 32, bem como à Organização das Nações Unidas.

(As Comissões de Relações Exteriores e de Educação e Cultura.)

## PARECERES

### PARECERES NºS 281 E 282, DE 1977

**Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 15, de 1977, que "estabelece normas para a expedição e validade de certificado de entidades de fins filantrópicos".**

#### PARECER Nº 281, DE 1977

**Da Comissão de Constituição e Justiça**

**Relator do Vencido: Senador Heitor Dias**

O Projeto sob estudo, de autoria do ilustre Senador Nelson Carneiro, objetiva alterar a sistemática de inscrição das entidades de fins filantrópicos no Conselho Nacional de Serviço Social, para o fim de permitir a retroatividade dos benefícios de que trata a Lei nº 3.377/59, à data em que for protocolado, naquele Conselho, o requerimento de registro das entidades interessadas.

Relatada a matéria, nesta Comissão, pelo nobre Senador Saldanha Derzi, concluiu este seu Parecer pela injuridicidade e inconstitucionalidade da proposição, inclusive quanto ao mérito, diante das razões que houve por bem destacar.

Entendeu a Comissão, entretanto, que a recusa de sua aprovação ao Projeto deveria cingir-se, unicamente, à análise do mérito, que ressaltava a inconveniência de sua aceitação em face dos próprios argumentos alinhados no Parecer do Senador Saldanha Derzi, ou seja, em síntese:

1. Que os preceitos legais invocados pelo Autor do Projeto não podem causar prejuízos às partes, por se tratar de pré-requisitos saneadores, impeditivos da proliferação das chamadas "entidades fantasmas".

2. Que a demora, no trâmite dos processos de inscrição, não é suficiente para justificar o favorecimento pleiteado, pois, do contrário "permitir-se-ia, inclusive, que, à simples idéia de constituição de uma dessas entidades, seu idealizador logo protocolasse no Conselho o pedido de inscrição, visando a gozar da isenção da taxa de contribuição à Previdência Social, antes mesmo da entidade lograr existência jurídica, isto porque a lei lhe permitiria usufruir daquela vantagem a contar da data em que o pedido fora protocolado".

Diante do exposto, nosso Parecer é, no mérito, pela inconveniência do Projeto.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1977. — Daniel Krieger, Presidente — Heitor Dias, Relator — Wilson Gonçalves — Mattos Leão — Helvídio Nunes — Leite Chaves — Nelson Carneiro — Otto Lehmann — Accioly Filho.

#### VOTO VENCIDO DO SR. SENADOR SALDANHA DERZI:

O Projeto em estudo, oferecido pelo ilustre Senador Nelson Carneiro, visa a modificar o sistema de inscrição das entidades de fins filantrópicos no Conselho Nacional de Serviço Social.

Segundo a proposição, o "Certificado de Entidades de Fins Filantrópicos", emitido por aquele Conselho, "retroagirá seus efeitos à data em que for protocolado o correspondente requerimento da entidade interessada", objetivando, com isso, retroagir, também, os efeitos da isenção com que são beneficiadas pela Lei nº 3.577, de 1959.

O Autor, na Justificação, assinala que a "excessiva burocracia" do órgão tem causado prejuízos às interessadas, pois estas, como afirma, "somente podem pleitear o Certificado depois de preenchido inúmeros requisitos previstos em lei".

Com a devida vênia, não podemos concordar com o entendimento de que a satisfação de preceitos legais possam ser prejudiciais às partes, por se tratarem de pré-requisitos saneadores, impeditivos, por isso mesmo, da proliferação das chamadas "entidades fantasmas", as quais, em passado recente, chegaram a constituir-se numa verdadeira e lamentável instituição nacional.

De outra parte, e para que seus processos corram sem entraves, nada mais natural e correto do que as interessadas cumprirem a lei, oferecendo, já ao ingresso de suas petições, as provas formais de sua existência e atuação, cumprindo ao Conselho, em todo caso, verificar, pelos exclusivos canais da burocracia, se tais provas estão acordes com os já referidos preceitos legais.

Do contrário, permitir-se-ia, inclusive, que, à simples idéia de constituição de uma dessas entidades, seu idealizador logo protocolasse no Conselho o pedido de inscrição, visando a gozar da isenção da taxa de contribuição à Previdência Social, antes mesmo da entidade lograr existência jurídica, isto porque a lei lhe permitiria usufruir daquela vantagem a contar da data em que o pedido fora protocolado.

Diante do exposto, somos contrários à tramitação do Projeto, quanto ao mérito e por não satisfazer aos aspectos jurídicos e constitucionais, uma vez que a Carta Magna, em seu art. 81, V, consagra o princípio da iniciativa do Presidente da República para dispor sobre atribuições e funcionamento de órgãos da administração federal como de fato, é o Conselho Nacional de Serviço Social.

Sala das Comissões, 27 de abril de 1977. — Saldanha Derzi.

#### PARECER Nº 282, DE 1977

**Da Comissão de Educação e Cultura**

**Relator: Senador Ruy Santos**

1. O nobre Senador Nelson Carneiro apresenta ao Senado o Projeto de Lei nº 15, de 1977, que "estabelece normas para a expedição e validade de certificado de entidade de fins filantrópicos". E diz na sua justificativa:

"O objetivo fundamental deste projeto de lei é fazer consignar na lei uma fórmula que evite, com eficácia, os danosos efeitos decorrentes da excessiva burocracia reinante no Conselho Nacional de Serviço Social, que só consegue expedir os Certificados de Fins Filantrópicos muitos meses depois de as entidades os haverem solicitado formalmente.

Os prejuízos são inúmeros, eis que ditas entidades só passam a usufruir os benefícios previstos em lei após a apresentação do mencionado documento."

2. Distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, foi o mesmo considerado inconveniente, dizendo o seu Relator:

"Que a demora, no trâmite dos processos de inscrição, não é suficiente para justificar o favorecimento pleiteado, pois, do contrário "permitir-se-ia, inclusive, que, à simples idéia de constituição de uma dessas entidades, seu idealizador, logo protocolasse no Conselho o pedido de inscrição, visando o gozar da isenção da taxa de contribuição à Previdência Social, antes mesmo da entidade lograr existência jurídica, isto porque a lei lhe permitiria usufruir daquela vantagem a contar da data em que o pedido fora protocolado."

3. Realmente, não é de se admitir, como pretende o autor da proposição que "o certificado de Entidade de Fins Filantrópicos expedido pelo Conselho Nacional de Serviço Social, para as finalidades da Lei nº 3.577, de 4 de julho de 1959, retroagirá seus efeitos à data em que for protocolado o correspondente requerimento da entidade interessada".

A simples entrada do pedido não pode assegurar, à entidade, o direito da isenção da taxa de contribuição de previdência aos Institutos e Caixas. O processo precisa ser estudado, de modo a se

apurar se atendidas as exigências da Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

Assim sendo, o nosso parecer é contrário. Salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, 2 de junho de 1977. — João Calmon, Presidente — Ruy Santos, Relator — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Adalberto Sena — Evelásio Vieira.

#### PARECERES Nºs 283 E 284, DE 1977

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1975, que "institui registro para peças de valor histórico, quando comercializadas".

#### PARECER Nº 283, DE 1977

Da Comissão de Constituição e Justiça

Relator: Senador Italcio Coelho

O Projeto de Lei sob exame, de autoria do ilustre Senador Vasconcelos Torres, institui, no Ministério da Indústria e do Comércio, o registro obrigatório para as peças de valor histórico que forem objeto de operações de compra-e-venda, estabelece o processo de definição para o "conceito de valor histórico", assegura gratuidade para o registro e exige uma regulamentação que não exceda sessenta dias, a partir da promulgação da lei.

O problema relativo às peças históricas nacionais, como é do conhecimento geral, vem sendo crescentemente movimentado pelos meios culturais do País, sabendo-se que soluções estão sendo buscadas para o seu cadastramento e a sua preservação. Equipes vinculadas ao Ministério da Educação e Cultura e ao Ministério da Indústria e do Comércio estariam trabalhando nesse sentido.

A idéia contida no projeto, pois, merece encômios, por atender ao interesse público, razão que me leva a opinar por sua tramitação, por julgá-lo constitucional e jurídico, com a seguinte

#### EMENDA Nº 1 — CCI

Ao art. 2º

Onde se diz: "promulgação".

Diga-se: "vigência".

Sala das Comissões, 21 de maio de 1975. — Accioly Filho, Presidente — Italcio Coelho, Relator — Helvildo Nunes — Gustavo Capanema — Paulo Brossard — Leite Chaves — Henrique de La Rocque — Nelson Carneiro — Heitor Dias.

#### PARECER Nº 284, DE 1977

Da Comissão de Educação e Cultura

Relator: Senador Adalberto Sena

Com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, quanto à sua constitucionalidade e juridicidade, chega à última fase de sua tramitação nesta Comissão, o Projeto de Lei do Senado nº 34 de 1975, que manda instituir, no Ministério da Indústria e do Comércio, "registro obrigatório das peças de valor histórico que forem objeto de operações de compra-e-venda".

2. Na respectiva justificação, aduz, entre outras considerações, o seu ilustre autor, Senador Vasconcelos Torres:

"São inúmeras a variedade e a quantidade de objetos que encerram valor histórico. Quadros, móveis, imagens, trajes, jóias, louças, dependendo da época de sua confecção, dimensão artística, procedência, pessoa ou instituição a que pertenceram — podem ser considerados peças de valor histórico.

Existe uma intensa procura dessas peças. Essa procura pressiona para cima o valor venal dessas peças. Até que, a certo limite de preço, deixa de haver colocação no mercado interno para elas. O colecionador nacional se retrai e as peças, comercializadas legal ou clandestinamente, tomam o rumo de outros países."

3. Assim expresso e conceituado, começa o projeto por me parecer duplamente insuficiente. Insuficiente nos seus termos, por não abranger, ao lado dos objetos de valor histórico, os de valor artístico, arqueológico, etnográfico etc, também constituintes do nosso patrimônio cultural. Insuficiente, ainda no seu alcance porque, limitando-se à instituição de "um registro" das peças de valor histórico, sem cogitar de providências complementares para evitar a exportação dessas peças, deixou por isso mesmo, de corresponder àqueles objetivos expressamente declarado, de preservar, para uso interno, as preciosidades de que se trata.

Mas acresce que, ouvido sobre a matéria, por sugestão do Senador Gustavo Capanema (quando do primeiro exame do projeto nesta Comissão) assim se manifestou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN):

"... além de conter a impropriedade de atribuir a outro Ministério o encargo do registro de bens culturais, assunto da competência do Ministério da Educação e Cultura, o Projeto de Lei nº 34/75 está prejudicado em face de haver o Congresso Nacional aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 136, de 1975, que se converteu na Lei nº 6.292 de 15 de dezembro de 1975. A referida lei acolhe dispositivos que dispõem sobre a preservação de bens de interesse histórico, artístico e cultural."

4. Realmente, a citada Lei nº 6.292, sancionada depois da apresentação do projeto, veio colocar sob a dependência de homologação do Ministro da Educação e Cultura, após parecer do Conselho Consultivo do IPHAN, tombamento dos bens neste Instituto, previsto no Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

5. E se tanto não bastasse para evidenciar a inconveniência do projeto seria ainda de ponderar-se quanto à sua superfluidade que, entre as numerosas e minudentes disposições daquele Decreto-lei, figuram as dos artigos 26 e, 27, *verbis*:

"Art. 26. Os negociantes de antiquidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes, outrossim, apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Art. 27. Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão competente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinquenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos."

6. Em face do exposto, a conclusão lógica é opinar, como opinamos, pelo arquivamento do projeto.

Sala das Sessões, 19 de maio de 1977. — João Calmon, Presidente — Adalberto Sena, Relator — Cattete Pinheiro — Evelásio Vieira — Itamar Franco — Heitor Dias.

#### PROJETOS DE LEI ENCAMINHADOS À MESA

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 120, DE 1977

Estabelece normas reguladoras do trabalho avulso no meio rural, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A mão-de-obra avulsa, no meio rural, deverá ser fornecida pelos sindicatos de trabalhadores.

Parágrafo único. Para concorrerem à escala de serviços, os trabalhadores avulsos deverão matricular-se previamente na respectiva entidade sindical.

Art. 2º A requisição será feita, pelo empregador rural diretamente ao sindicato, por escrito e com a antecedência mínima de 24 horas.

Parágrafo único. Na requisição serão indicados, sempre que possível, o local da prestação, o dia e a hora do início e a provável duração dos serviços bem como a natureza das tarefas a serem executadas.

Art. 3º A designação dos trabalhadores, pelo sindicato, obedecerá ao sistema de rodízio.

§ 1º O sindicato colocará os trabalhadores avulsos à disposição do empregador em sua sede ou em local previamente ajustado, dentro da cidade, vila ou arraial.

§ 2º O transporte dos trabalhadores, dos locais previstos no parágrafo anterior para a propriedade rural e vice-versa, correrá por conta do empregador.

Art. 4º O salário do trabalhador rural avulso será pago no local de trabalho ou nos previstos no § 1º do artigo 3º, logo após a terminação do serviço de cada dia.

§ 1º Juntamente com o salário, o empregador pagará a importância correspondente a 15% da diária, destinada à indenização das férias e da gratificação de Natal.

§ 2º O trabalhador fará jus à remuneração prevista neste artigo, nos dias em que, por motivos alheios à sua vontade, o serviço para o qual foi escalado pelo sindicato não tiver início ou vier a ser interrompido.

Art. 5º O valor da diária a ser paga ao trabalhador rural avulso, será fixado em convenção ou acordo coletivo de trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho do respectivo Estado.

Art. 6º Nas localidades onde não houver sindicato de trabalhadores rurais ou, existindo este, não lhe for possível atender às solicitações dos empregados da região, os avulsos poderão ser contratados por intermédio de empresas fornecedoras de mão-de-obra, organizados na forma do artigo seguinte.

Art. 7º A intermediação de mão-de-obra volante, no meio rural, somente poderá ser exercida por empresa devidamente organizada, com um capital mínimo de Cr\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil cruzeiros) para cada grupo de 50 (cinquenta) trabalhadores eventuais, respeitada a proporcionalidade para os excedentes desse número.

§ 1º O funcionamento das empresas de que trata o presente artigo dependerá do registro das mesmas na Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho.

§ 2º Vinte por cento (20%) do capital mínimo da empresa fornecedora de mão-de-obra rural volante, deverão ser depositados na Caixa Econômica Federal ou em estabelecimento bancário por ele credenciado, à disposição da Justiça do Trabalho.

Art. 8º Cabe à empresa fornecedora de mão-de-obra rural remunerar e assistir os trabalhos avulsos relativamente aos direitos assegurados pela presente lei.

Parágrafo único. A empresa a que se refere este artigo fica obrigada a registrar na Carteira de Trabalho e Previdência Social do trabalhador a sua condição de avulso rural.

Art. 9º A contratação de mão-de-obra volante, através das empresas previstas no artigo 7º não eximirá o proprietário rural da co-responsabilidade nas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos trabalhadores eventuais contratados.

Art. 10. A intermediação de mão-de-obra em desobediência ao disposto na presente lei será punida de acordo com o artigo 207 do Código Penal, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo único. Fica expressamente proibido o exercício da profissão de "transportador de turmas", no meio rural.

Art. 11. O transporte do trabalhador avulso será efetuado: pelo proprietário da terra ou pela empresa fornecedora de mão-de-obra, em ônibus ou veículo similar, dotado de perfeitas condições de segurança e higiene.

Art. 12. Considera-se como de efetivo exercício, inclusive para os efeitos de legislação acidentária, o tempo gasto pelo trabalhador rural avulso desde o ponto de embarque até o local de trabalho e vice-versa.

Parágrafo único. O disposto neste artigo se aplica ao trabalhador transportado pela empresa fornecedora de mão-de-obra, ou diretamente pelo proprietário da terra.

Art. 13. O proprietário da terra, quando utilizar mão-de-obra avulsa, deverá fornecer aos trabalhadores, no local da prestação dos serviços, os instrumentos agrícolas e ferramentas necessárias ao desempenho de suas funções.

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados de sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O problema do trabalhador rural avulso ou "bóia-fria", continua preocupando a todos aqueles que detêm alguma parcela de responsabilidade na condução dos destinos do País.

Em seu número de fevereiro último, o "Paraná Rural", órgão informativo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do mesmo Estado, dá conta de reunião efetivada em Brasília, na qual os representantes dos rurícolas da multicida Unidade Federativa, de São Paulo e Pernambuco, examinaram a questão dos "bóias-frias", com vistas a uma tomada definitiva de posição.

Ainda de acordo com a mencionada publicação, a FETAEP, em volumoso ensaio preliminar (90 páginas), apresentou um levantamento real e objetivo, com base na apuração feita em 22 dos 167 municípios paranaenses e destinado a enfocar o problema sociológico "suas causas e dimensões, de modo a encontrar soluções capazes de superar as dificuldades até então enfrentadas". São os seguintes os dados reunidos pela FETAEP:

"Assim é que chegou-se à conclusão da existência de 500 a 600 mil "bóias-frias" no Estado, com uma média geral de idade 42 anos. Para os 167 municípios foram aplicados 14 mil questionários e a FETAEP analisou apenas de 22, constituindo estes 2.178 casos, registrados nas regiões do Norte Velho, Norte Novo, Noroeste, Norte Novíssimo e Oeste.

Quanto a procedência nessas regiões, excetuando-se o fenômeno interno do Paraná, destacam-se os Estados de Minas Gerais, São Paulo e o Nordeste. O estudo procurou saber também o estado civil do "bóia-fria", sendo que o índice de casados é de 76,31%, 13,41% são solteiros e 2,07% vivem em concubinato. Os que sabem ler e escrever são superiores a 50%. A documentação mais importante para eles é a carteira profissional e o título de eleitor. Mas em algumas regiões, onde o índice de analfabetos é superior a 50%, 72 por cento apresentam título de eleitor.

#### O TRABALHO

Para os 2.178 casos analisados, o número de trabalhadores é de 3.728. O índice percentual de trabalhadores maiores de 16 anos é de 44,92 e de menores 25,08. Os menores de 14 anos, quando impossibilitados de trabalho, encontram na prostituição feminina e na delinquência o seu passatempo. Mais de 64 por cento vão ao trabalho em caminhões sem segurança; 21% a pé; 9% em tratores e os demais com outros meios de transporte. A forma de pagamento do trabalhador volante é de 7,07% mensal; 79,29% semanal; 9% em diária e 4,45% não fizeram referência. 64% receberam em dinheiro; 5,96% em vales, 4,17 em mercadorias, 28,14 não fizeram referência quanto a forma de pagamento.

O homem, maior, tem uma média de rendimento diário de Cr\$ 28,94. A mulher, maior, teria uma média de Cr\$ 22,88. Os menores, a média diária de salário é de Cr\$ 16,02. Embora o salário pago as mulheres seja sempre inferior ao dos homens, o trabalho é o mesmo. Elas realizam trabalhos pesados. Pelo estudo ficou evidenciado que 75,39% dos bóias-frias vieram de outros Estados brasileiros. São trabalhadores que procuram no Paraná melhores condições de vida.



O fenômeno teria começado na década de 50 a 60. Quanto à questão de moradias, 44,03 por cento possuem casa própria: 44,86 moram em casa alugada, 8,17 têm casa cedida e 2,94 não responderam. Sobre o tipo de construção residencial, 2,30 têm casa de alvenaria, 66,48 casa de madeira serrada; 22,82 moram em casa de madeira bruta; 3,95 moram em rancho; 3,44 em barracos.

Essas unidades residenciais têm número de peças variáveis, que vai desde uma 11 peças. Assim, 7,39 por cento mora em casa de apenas uma peça, 24,98% em duas peças; 17,13% em três peças; 29,57% em quatro; 11,84 em cinco peças e 6,56% em seis peças. Quanto a rede de água, apenas 12 por cento a possuem, sendo que 66,71 se abastecem com água de poço e 13,50 se alimentam com água tirada de torneira pública, sendo que 2,94 por cento não têm nenhum abastecimento. Apenas 39,44% dos bóias-frias responderam que estão satisfeitos com a condição em que vivem, sendo que 54,78% querem melhores condições de vida. Dos trabalhadores volantes só 33 por cento são sindicalizados e 62,44% não o são.

Depois de exaustivamente analisada cada faceta da vida do bóia-fria, o trabalho conclui pela preocupação da FETAEP pela Classe que representa não admitindo que o elemento humano, fator decisivo no processo de produção agrícola de conseqüente importância no desenvolvimento, seja cada vez mais aliada de seus direitos, em função da concentração da riqueza em uma pequena parcela da população. E termina por deixar claro o pensamento do sindicalismo rural do Paraná não responsabilizando o Estatuto da Terra ou o Estatuto do Trabalhador Rural por esse estado de coisas. "E, muito menos concordamos que os nossos filhos ou os dependentes dos trabalhadores rurais sejam considerados "bóias-frias", "almas mortas", "dependentes parasitas". Consideramos, sim, e, isto é certo que eles são filhos, mulheres, crianças, iguais a todos os demais brasileiros" (PARANÁ RURAL, fevereiro de 1977 — pág. 10).

Segundo informações obtidas junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, na reunião anteriormente indicada teriam sido aprovadas várias sugestões visando a defender os direitos sociais e trabalhistas dos assalariados temporários. Dentre as propostas aprovadas pela CONTAG, selecionamos algumas para servir de base à presente proposição.

Finalmente, na prefalada reunião, teria sido examinada a solução posta em prática pelo Ministério do Trabalho (cooperativas de mão-de-obra rural), com pronunciamento contrário à referida experiência, apoiado nas conclusões abaixo:

a) a existência de cooperativas de mão-de-obra desvia para si o ônus das obrigações sociais e trabalhistas que são de responsabilidade única dos empregadores rurais;

b) a carência de fiscalização do trabalho, inclusive por falta de recursos financeiros torna problemático o sucesso da medida.

Entenderam os representantes das Federações de São Paulo, Paraná e Pernambuco que:

1) possuindo os trabalhadores rurais em geral, seus sindicatos de classe, não se justifica a criação de uma nova entidade, como forma de solucionar o problema dos eventuais;

2) os recursos financeiros destinados à implantação de cooperativas de mão-de-obra poderiam ser utilizados na criação de um corpo de Fiscais do Trabalho, especificamente contratados e treinados para a área rural.

O presente Projeto atende ao clamor público e, especialmente, às ponderações dos próprios trabalhadores rurais.

Em princípio, nada melhor do que atribuir o controle do trabalho avulso no meio rural aos assalariados, através de suas entidades sindicais.

A necessidade de organização dos contingentes locais de trabalhadores avulsos deu origem à determinação do parágrafo único

do artigo 1º, de prévia matrícula dos interessados na entidade sindical da região. Valoriza-se, assim, a ação dos órgãos de classe, iniciando, ao mesmo tempo, um trabalho de relativa disciplinação dos volantes rurais, cujos efeitos serão sentidos em futuro próximo.

O artigo 2º traça normas para a requisição da mão-de-obra, exigindo pedido escrito e com antecedência mínima de 24 horas. Além disso haverá, sempre que possível, a indicação da natureza dos serviços a serem executados e a data provável de sua conclusão, esta última com a finalidade de orientar o sindicato e o próprio trabalhador quanto às futuras possibilidades de aproveitamento.

A fim de conceder iguais oportunidades a todos os matriculados como trabalhadores avulsos, o artigo 3º prevê a distribuição de tarefas através de rigoroso sistema de rodízio, esclarecendo, ainda, que os escalados serão postos à disposição do fazendeiro na sede, do Sindicato ou em local previamente ajustado, dentro da cidade, vila ou arraial, de onde serão levados e para onde voltarão, no final do dia, por conta do empregador.

A questão salarial é abordada pelo artigo 4º De acordo com o mencionado dispositivo, o salário do trabalhador rural avulso será pago, logo após a terminação do serviço de cada dia, no local de trabalho ou naquele onde os trabalhadores são apanhados e deixados.

Tendo em vista o nomadismo dos "bóias-frias", preferiu-se mandar incluir em sua remuneração as parcelas relativas às férias e ao 13º salário. É o que faz o § 1º do artigo 4º, estabelecendo que ditas parcelas são devidas além do salário normal e na proporção de 15% da diária. Essa percentagem foi determinada pela comparação entre o período destinado às férias (20 dias anuais) e aquele coberto pela Gratificação de Natal (um mês por ano), e o total de dias úteis de trabalho num ano (300 dias).

Impõe-se, ainda, o pagamento das vantagens nos dias em que, posto à disposição do empregador rural, o avulso não puder iniciar o trabalho ou tiver de interrompê-lo por motivos alheios à sua vontade (art. 4º, § 2º).

A fim de evitar o possível rebaixamento das diárias como forma de atenuar as novas responsabilidades impostas pelo projeto o artigo 5º determina que o valor das mesmas seja fixado em convenção ou acordo coletivo, devidamente registrado na DRT do respectivo Estado.

Encarando realisticamente a questão do fornecimento de mão-de-obra avulsa, aos empregadores rurais, a propositura, em seu artigo 6º, admite que nas localidades onde não haja sindicato de trabalhadores do campo, ou existindo este, não lhe seja possível atender às solicitações dos proprietários da região, os avulsos possam ser contratados por intermédio de empresas fornecedoras de mão-de-obra. Essa intermediação, no entanto, ficaria subordinada ao preenchimento, pelas empresas interessadas, de uma série de requisitos:

I — capital mínimo de Cr\$ 180.000,00 para cada grupo de 50 trabalhadores eventuais;

II — registro no MTB;

III — depósito de 20% do capital mínimo na Caixa Econômica ou Banco por esta credenciado, à disposição da Justiça do Trabalho;

IV — reposição, em 24 horas, das importâncias retiradas da conta acima por ordem da Justiça do Trabalho (artigo 7º e § 1º a 3º).

O artigo 8º, à semelhança do determinado na legislação sobre o trabalho temporário urbano (Decreto nº 73.841/74, arts. 8º e 9º) impõe à empresa fornecedora de mão-de-obra as obrigações: de remunerar e assistir os avulsos relativamente aos direitos assegurados pela nova Lei; e de registro na CTPS de cada trabalhador da sua condição de avulso.

O artigo 9º esclarece que o proprietário rural será co-responsável pelo cumprimento das obrigações sociais referentes aos avulsos contratados através de empresas.

O artigo 10 considera crime e intermediação de mão-de-obra realizada em desacordo com as normas traçadas pelos artigos



anteriores, punindo-a com a pena do artigo 207 do Código Penal Brasileiro, *in verbis*:

"Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do Território Nacional. PENA — detenção de dois meses a um ano e multa, de quinhentos a cinco mil cruzeiros",

sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis. Proíbe, outrossim, em seu parágrafo único, o exercício da profissão de "transportador de turmas", com o objetivo de acabar com o conhecido "gato" do meio rural.

O transporte dos "bóias-frias" será sempre efetuado: pelo empregador rural ou pela empresa fornecedora de mão-de-obra. As razões dessa exigência são óbvias no interior, sem transporte público regular, seria impossível ao trabalhador seguir para a fazenda ou dela retornar por seus próprios meios (art. 11).

Exige-se, ademais, que o transporte do eventual seja efetuado em ônibus ou veículo similar, dotado de perfeitas condições de segurança e higiene. Pretende-se, com isso, acabar com os famigerados "paus de arara", onde dezenas de infelizes obreiros se expõem a acidentes, sol, chuva, frio, etc.

Tendo em vista o fato anteriormente assinalado, de que, no interior, só a empresa fornecedora de mão-de-obra ou o empregador tem condições para levar o trabalhador avulso ao local de serviço e trazê-lo de volta à vila ou cidade, o artigo 12 considera como de efetivo exercício o tempo gasto na operação de ida e retorno. Essa medida eliminará, inclusive, uma falha da legislação acidentária rural (Lei nº 6.195/74) que, até o momento, não admite o chamado "acidente de trajeto", consagrado no artigo 3º, item II, letra d, da Lei nº 5.316/67, que integrou o seguro de acidentes do trabalho na previdência social.

A previsão do fornecimento de instrumentos agrícolas e ferramentas pelo empregador (art. 13), visa a evitar possíveis tentativas de exigir que o trabalhador volante se apresente munido de instrumental necessário à execução das tarefas o que, evidentemente, anularia as vantagens ora asseguradas a esse tipo de operário rural.

Esperamos ver aprovado o presente projeto, cuja importância e sintonia com as reivindicações dos interessados ressaltamos no início desta Justificação.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1977. — **Otto Lehmann.**

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Legislação Social, de Economia e de Finanças.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 1977

### Altera dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73. ....

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho realizado entre as vinte (20) horas de um dia e as seis (6) horas do dia seguinte."

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

A Constituição Federal, através do inciso IV do art. 165, assegura aos trabalhadores remuneração mais vantajosa pelo trabalho desenvolvido à noite ("salário de trabalho noturno superior ao diurno").

Tal preceito é posto em termos de exequibilidade pelo art. 73 da Consolidação das Leis do Trabalho que, entretanto, se vale de elementos absolutamente incondizentes com a realidade para conceituar ou para qualificar o trabalho noturno.

Com efeito, o referido art. 73, em seu § 2º, tal como está vigendo, estabelece que:

"Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte."

Nada mais incorreto, nem mais injusto, visto que o trabalho realizado a partir de bem antes das 22 horas e além das 5 horas da manhã também é caracteristicamente noturno.

Os fundamentos do preceito constitucional estão, obviamente, no fato de que o trabalho noturno contraria hábitos milenares relacionados com o descanso noturno das pessoas, do que resulta maior dispêndio de energia e, pois, mais exaustão. (v. Amaro Barreto, "in" Tutela Geral do Trabalho, vol. II, pág. 98).

Assim, não se justifica a manutenção de um dispositivo assim tão divorciado da realidade como esse do § 2º do art. 73, CLT, que impede seja remunerado mais vantajosamente um trabalho caracteristicamente noturno como o realizado antes das 22 horas e depois das cinco horas da manhã.

Lembrado deve ser, por outro lado, que, pela Lei nº 5.889, de 1973, o trabalho noturno no meio rural é o que o trabalhador realiza a partir das 20 horas (quando se trate de atividade pecuária) e das 21 horas (quando a atividade é na lavoura). Isto significa que o presente projeto de lei deve ser acolhido e transformado em lei, quando menos em virtude do princípio da isonomia.

Sala das Sessões, 7 de junho de 1977. — **Nelson Carneiro.**

### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 73. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna. (V. Súmula 213-STF).

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.

§ 3º O acréscimo a que se refere o presente artigo, em se tratando de empresas que não mantêm, pela natureza de suas atividades, trabalho noturno habitual será feito tendo em vista os quantitativos pagos por trabalhos diurnos de natureza semelhante. Em relação às empresas cujo trabalho noturno decorra da natureza de suas atividades, o aumento será calculado sobre o salário mínimo geral vigente na região, não sendo devido quando exceder desse limite, já acrescido da percentagem.

§ 4º Nos horários mistos, assim entendidos os que abrangem períodos diurnos e noturnos, aplica-se às horas de trabalho noturno o disposto neste artigo e seus parágrafos.

§ 5º Às prorrogações do trabalho noturno aplica-se o disposto neste Capítulo.

(*As Comissões de Constituição e Justiça e de Legislação Social.*)

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 122, DE 1977

Dispõe sobre os exames de validação pelos Advogados provisionados, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É assegurado aos atuais advogados provisionados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil sob o regime da Lei nº 794, de 19 de agosto de 1949, portadores de regular escolarização

do segundo (2º) grau, o direito aos exames de validação, ainda quando não tenham requerido nos prazos fixados pela Lei nº 609, de 13 de janeiro de 1949 e conforme explicitado na Resolução nº 3, de 7 de maio de 1945 da Junta Especial do Ensino Livre do Ministério da Educação e Cultura.

Parágrafo único. Após sumária instrução documental perante a referida Junta Especial, os interessados, prestarão os exames de validação, escritos e orais, nos Centros e Departamentos pertencentes às Universidades Federais em cuja jurisdição estejam exercendo as suas atividades profissionais.

Art. 2º Os títulos de provisão desses profissionais, por força do disposto nos artigos 150 e 89, I, da Lei nº 4.215, de 27 de abril de 1963, serão previamente registrados nas mesmas universidades, mas, com efeitos retroativos à data de vigência do citado Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e posteriormente substituídos pelo Diploma Especial de que trata a Resolução nº 3, de 7 de maio de 1945 da Junta Especial de Ensino Livre do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

#### Justificação

O atual Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei nº 4.215, de 27-4-63), aboliu as limitações geográficas dos títulos de provisão dos antigos advogados provisionados equiparando-os em deveres-direitos, conforme deflui da letra e do espírito do art. 150. Integram eles o denominado Quadro "B" evidentemente transitório e de gradativa extinção.

A outorga desse legítimo e humano direito social amparado, aliás, pela vigente Constituição Federal, arts. 160, II e 165, XVII, devia ter implicado, é claro e lógico, os direitos concomitantes de registro dos seus títulos e, para os portadores de escolarização secundária completa, prestar os exames de validação. Sem tais garantias interdependentes, permanece uma odiosa discriminação jurídico-pedagógica, manifestante contrária ao que estatui a mesma Constituição Federal no artigo 176 que, impõe de modo peremptório e claro, se baseie a educação "no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e solidariedade humana", os quais, justificam e amparam ambas as medidas deste Projeto de Lei. Além disso, sustentam-nas a Lei nº 4.024, de 20-12-61, art. 1º, alíneas "b" e "d" não derogadas pela Lei nº 5.540, de 28-11-68, em cujos arts. 17, alínea "d" e 25 se assegura, *verbis*:

"Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes **Modalidades de Curso**:

d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos" (art. 17).

"Os cursos de especialização, aperfeiçoamento, extensão e outros serão ministrados de acordo com os planos traçados e aprovados pelas universidades e pelos estabelecimentos isolados" (art. 25).

A locução genérica e outros revigora os exames de validação, escritos e orais, objetos da Lei nº 609, de 13-1-49 e da Resolução nº 3, de 7-5-45, pois, mesmo que os ideais de liberdade e solidariedade humana e o princípio da *igualdade social* consagrados, respectivamente, pela vigente Magna Carta, não os autorizassem, Constituição Federal, arts. 176, 160, II e 165, XVII, essa Lei nº 609/49 permanece intangível e eficaz porque não é incompatível com quaisquer das regras estabelecidas pela Lei nº 5.540, de 28-11-68 e pelo Decreto-lei nº 464, de 11-2-69, Lei de Introd. ao Cód. Civ., art. 2º, § 1º, parte final. Se, é oportuno reacentuar, a Lei nº 4.024, de 20-12-61, fixa as diretrizes e bases da educação nacional, art. 1º, letras b e d pré-enfatiza o regramente contido no art. 176 da vigente Constituição Federal, impondo que "A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos *ideais de solidariedade humana*, tem por fim: a) o respeito e dignidade e as *liberdades fundamentais do homem* e d) o desen-

volvimento integral da personalidade humana e a sua *participação na obra do bem comum*"; esses princípios atuantes, válidos e eficazes garantem aos velhos advogados provisionados as oportunidades validatórias previstas no presente projeto de lei, pois, sem os exames de validação e o registro dos seus títulos de provisão seu exercício profissional igualitário ficaria mutilado e, com essa injusta e desumana mutilação, jamais poderão participar na obra invulgar que todos empreendemos pelo desenvolvimento nacional, ideário, aliás, consagrada pela vigente Constituição Federal;

Sala das Sessões, 7 de junho de 1977. — Jarbas Passarinho.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 794, DE 29 DE AGOSTO DE 1949

Assegura a inscrição de provisionados no quadro da Ordem dos Advogados do Brasil.

LEI Nº 609, DE 13 DE JANEIRO, DE 1949

Provê a validação dos cursos realizados pelos alunos das escolas superiores não reconhecidas.

LEI Nº 4.215, DE 27 DE ABRIL DE 1963

Dispõe sobre o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 89. São direitos do advogado:

I — exercer, com liberdade, a profissão em todo o território nacional (art. 56) na defesa dos direitos ou interesses que lhe forem confiados;

II — fazer respeitar, em nome da liberdade de defesa e do sigilo profissional, a inviolabilidade do seu domicílio, do seu escritório e dos seus arquivos;

III — comunicar-se, pessoal e reservadamente, com os seus clientes, ainda quando estes se achem presos ou detidos em estabelecimento civil ou militar, mesmo incommunicáveis;

IV — reclamar quando preso em flagrante por motivo de exercício da profissão, a presença do Presidente da Seção local para a lavratura do auto respectivo;

V — não ser recolhido preso, antes da sentença transitada em julgado, senão em sala especial do Estado-Maior;

VI — ingressar livremente:

a) nas salas de sessões dos Tribunais, mesmo além dos cancelos que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios tabelionatos, escritórios de justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias e prisões;

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial, policial ou outro serviço público onde o advogado deva praticar ato ou colher prova ou informação útil ao exercício da atividade profissional, dentro do expediente regulamentar ou fora dele, desde que se ache presente qualquer funcionário;

VII — permanecer sentado ou em pé e retirar-se de qualquer dos locais indicado no inciso anterior, independentemente de licença;

VIII — dirigir-se aos juizes nas salas e gabinetes de trabalho, independentemente de audiência previamente marcada, observando-se a ordem de chegada;

IX — fazer juntar aos autos, em seguida à sustentação oral, o esquema do resumo da sua defesa;

X — pedir a palavra, pela ordem, durante o julgamento, em qualquer juízo ou Tribunal para, mediante intervenção sumária e se esta lhe for permitida a critério do julgador, esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam ou possam influir no julgamento;

XI — ter a palavra, pela ordem, perante qualquer juízo ou Tribunal, para replicar a acusação ou censura que lhe sejam feitas, durante ou por motivo do julgamento;

XII — reclamar, verbalmente, ou por escrito, perante qualquer juízo ou Tribunal, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;

XIII — tomar assento à direita dos Juizes de primeira instância, falar sentado ou em pé, em juízos e Tribunais, e requerer pela ordem de antiguidade;

XIV — examinar, em qualquer juízo ou Tribunal, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando os respectivos feitos não estejam em regime de segredo de justiça, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

XV — examinar em qualquer repartição policial, mesmo sem procuração, autos de flagrante de inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade podendo copiar peças e tomar apontamentos;

XVI — ter vista, em cartório, dos autos dos processos em que funcione, quando, havendo dois ou mais litigantes com procuradores diversos, haja prazo comum para contestar, defender, falar ou recorrer;

XVII — ter vista fora dos cartórios, nos autos de processos de natureza civil, criminal trabalhista, militar ou administrativa, quando não ocorra a hipótese do inciso anterior;

XVIII — receber os autos referidos no inciso anterior, mesmo sem procuração, pelo prazo de dez dias, quando se tratar de autos findos, e por quarenta e oito horas, quando em andamento, mas nunca na flúncia de prazo;

a) sempre que receber autos, o advogado assinará a carga respectiva ou dará recibo;

b) a não devolução dos autos dentro dos prazos estabelecidos autorizará o funcionário responsável pela sua guarda ou autoridade superior a representar ao presidente da Seção da Ordem, para as sanções cabíveis (artigos 103, inciso XX, e 108, inciso II);

XIX — recusar-se a depor no caso do art. 87, inciso XVI, e a informar o que constitua sigilo profissional;

XX — ter assistência social, nos termos da legislação própria;

XXI — ser publicamente desagravado quando ofendido, no exercício da profissão (art. 129);

XXII — contratar previamente e por escrito os seus honorários profissionais;

XXIII — usar as vestes talares e as insígnias privativas de advogado.

§ 1º Aos estagiários e provisionados aplica-se o disposto nos incisos I (Com as restrições dos arts. 52, 2º; 72, parágrafo único *in fine*; e 74) II, III, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, e XXI.

§ 2º Não se aplica o disposto nos incisos XVIII e XVII:

I — quando o prazo for comum aos advogados de mais de uma parte e esses não acordarem nas primeiras vinte e quatro horas sobre a divisão daquele entre todos, acordo do qual o escrivão ou funcionário lavrará termos nos autos, se não constar de petição subscrita pelos advogados;

II — ao processo sob regime de segredo de justiça;

III — quando existirem, nos autos, documentos originais de difícil restauração ou ocorrer circunstância relevante que justifique a permanência dos autos no cartório, secretaria ou repartição reconhecida pela autoridade em despacho motivado, proferido de ofício, mediante representação ou a requerimento da parte interessada;

IV — até o encerramento do processo, ao advogado que houver deixado de devolver os respectivos autos no prazo legal, e só o fizer depois de intimado.

§ 3º A inviolabilidade do domicílio e do escritório profissional do advogado não envolve o direito de asilo e somente poderá ser quebrado mediante mandado judicial, nos casos previstos em lei.

Art. 150. É ressalvado aos advogados não diplomados inscritos no atual quadro B da Ordem dos Advogados do Brasil, por força do regime constitucional de liberdade de profissão, o direito ao exercício da advocacia em igualdade de condições com os advogados diplomados.

## GABINETE DO MINISTRO

Junta Especial a que se refere o Decreto-lei nº 7.401, de 20 de março de 1945

## DESPACHOS DO SR. MINISTRO

### RESOLUÇÃO Nº 3

A Junta Especial a que se refere o Decreto-lei nº 7.401, de 20 de março de 1945,

Resolve:

1. Às pessoas que apresentarem prova de conclusão de qualquer dos diferentes cursos superiores, feito em escolas livres, não reconhecidas pelo Ministério da Educação e Saúde, será facultada a validação integral dos referidos cursos, si, a juízo da Junta:

a) tiverem provado a regular conclusão do curso secundário, ou a sua validação, nos termos das Resoluções da Junta de nºs 1 e 2, de 19 e 26 de abril último;

b) tiverem provado a sua aprovação em todas as disciplinas dos diferentes anos ou séries do curso que pretenderem validar;

c) tiverem apresentado os seguintes documentos:

I — certidão de idade;

II — carteira de identidade;

III — prova de quitação com o serviço militar;

IV — prova de pagamento na repartição competente da taxa de Cr\$ 800,00.

2. Do produto das taxas de validação serão deduzidas, uma cota de 60% para pagamento dos membros das comissões examinadoras, e outra, de 10%, para o Diretório Acadêmico do estabelecimento onde se processar a validação.

3. As provas a que deverão ser submetidos os candidatos à validação de cursos superiores, na forma desta resolução, obedecerão às disposições relativas a cada curso.

4. A inabilitação em qualquer disciplina, no decurso das provas de validação, importará na perda da validação requerida, que não poderá ser reiterada.

5. As validações serão realizadas nos seguintes estabelecimentos de ensino superior:

a) Curso de Direito:

Faculdade Nacional de Direito;

Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Faculdade de Direito do Recife.

Faculdade de Direito da Bahia.

Faculdade de Direito da Universidade de Porto Alegre.

Faculdade de Direito do Paraná.

b) Cursos de Odontologia e de Farmácia:

Faculdade Nacional de Odontologia.

Faculdade Nacional de Farmácia.

Escola de Odontologia, anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre.

Escola de Odontologia, anexa à Faculdade de Medicina da Bahia.

Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto.

Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de Minas Gerais.

Faculdade de Farmácia e Odontologia da Universidade de São Paulo.

Escola de Odontologia, anexa à Faculdade de Medicina do Recife.

**c) Curso de Engenharia:**

Escola Nacional de Engenharia.

Escola Nacional de Minas e Metalurgia.

Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

Escola de Engenharia da Universidade de Porto Alegre.

Escola Politécnica da Bahia.

Escola de Engenharia do Recife.

**d) Curso de Química:**

Escola Nacional de Química.

Faculdade de Engenharia do Paraná.

Escola Superior de Agricultura de Pernambuco.

**e) Curso de Medicina:**

Faculdade Nacional de Medicina.

Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais.

Faculdade de Medicina da Bahia.

Faculdade de Medicina da Universidade de Porto Alegre.

Faculdade de Medicina do Recife.

Faculdade Fluminense de Medicina.

6. A validação dos cursos completos de Direito será feita pela prestação de exames escritos e orais versando sobre as seguintes disciplinas:

Direito Público e Constitucional.

Direito Penal.

Direito Civil.

Direito Comercial.

Direito Internacional Público.

Direito Internacional Privado.

Direito Judiciário Civil.

Direito Judiciário Penal.

7. A validação dos cursos completos de Odontologia será feita pela prestação de exames escritos, orais e práticos, versando sobre as seguintes disciplinas:

Técnica Odontológica.

Prótese: Dentaduras, coroas e pontes.

Clínica odontológica.

No exame da cadeira de clínica constará, obrigatoriamente, uma questão de odontopediatria.

8. A validação do curso de Farmácia constará de provas orais e práticas, acompanhadas de respectivos relatórios, versando sobre as seguintes disciplinas:

Química analítica.

Farmácia galênica.

Farmácia química.

Farmacognosia.

9. A validação dos cursos completos de Engenharia será feita de acordo com os dispositivos estabelecidos no regulamento aprovado pelo Decreto nº 20.865, de 28 de dezembro de 1931, para revalidação dos diplomas de engenheiros, expedidos por estabelecimentos estrangeiros.

10. A validação do curso de Química Industrial será feita de acordo com os dispositivos estabelecidos no regulamento aprovado pelo Decreto nº 23.979, de 8 de março de 1934, para revalidação dos diplomas de químicos industriais expedidos por estabelecimentos estrangeiros.

11. A validação do curso de Medicina será feita de acordo com as seguintes disposições:

a) As provas serão escritas e prático-orais, com relatório escrito.

b) As provas escritas versarão sobre medicina e cirurgia de urgência.

c) As provas prático-orais, desdobráveis na execução, a critério da banca, versarão casos de clínica de doenças internas, de clínica cirúrgica de acidentados, de clínica e dietética infantil, de clínica ginecológica e obstétrica e de clínica dermatológica e sifiligráfica.

d) As provas de clínica de doenças internas serão duas, podendo ser uma delas substituída por uma prova de especialidade não contemplada no conjunto, a requerimento do candidato.

e) Cada prova escrita se realizará sobre três pontos, sorteados no momento, de uma lista de vinte, tomados ao programa da cadeira.

f) De cada um dos três pontos formulará a banca um quesito para explanação pelo candidato e três perguntas de anatomia, fisiologia ou patologia interessantes ao assunto do quesito.

g) Para o julgamento, cada quesito valerá de 0 a 30 pontos e cada pergunta, satisfatoriamente respondida, um ponto.

h) Cada prova prático-oral deverá abranger: a) exame de doente e interpretação semiológica; b) interpretação dos exames de laboratório necessários ou úteis; c) diagnóstico, prognóstico e indicações terapêuticas.

i) No correr da prova, a banca verificará se o candidato possui os conhecimentos básicos necessários à compreensão do caso, de anatomia, fisiologia e patologia.

j) De cada caso clínico o candidato redigirá o relatório ou observação clínica sintética.

k) Da nota final de cada prova, deduzir-se-á a habilitação simples de 61 a 80, plena, de 81 a 90 e distinta, de 91 a 100.

12. Aos candidatos habilitados nas provas de validação de cursos completos, na forma desta resolução, será feita uma apostila declaratória nos respectivos diplomas, quando os possuírem, e, na ausência destes, será expedido um diploma especial, de conformidade com o modelo anexo. Tanto a apostila, como a expedição do diploma especial serão feitas pela Escola que tiver julgado a validação, cobradas as taxas legalmente estabelecidas.

*Modelo do diploma especial*

Universidade .....

Armas da República)

Escola (ou Faculdade) .....

**Validação**

do curso superior nos termos do Decreto-lei nº 7.491, de 20 de março de 1915.

Pelo nome do Governo da República

O Diretor da Escola (ou Faculdade) .....

da Universidade ..... confere o título

de ..... a .....

filho de ..... e de .....

....., nascido em .....

..... no dia .....

O presente diploma, assinado pelo Reitor da

Universidade ....., pelo diretor e

pelo secretário da Escola (ou Faculdade) .....

..... e pelo diplomado confere os di-

reitos e prerrogativas legais inerentes à pro-

fissão de .....

(Local e data) .....

O Reitor	O Diretor
.....	.....
O Diplomado	O Secretário
.....	.....

Esta Resolução foi unanimemente aprovada em sessão da Junta Especial, realizada em 4-5-1945. — Adlla M. Russell, secretário.  
Homologado — 7-5-1945. — Gustavo Capanema.

(As Comissões de Constituição e Justiça e de Educação e Cultura.)

**ATA DA 74ª SESSÃO, REALIZADA EM 1º-6-77**  
(Publicada no DCN — Seção II — de 2-6-77)

**RETIFICAÇÕES**

No Projeto de Lei do Senado nº 118, de 1977, apresentado pelo Sr. Senador Jessé Freire, que uniformiza a legislação referente ao cheque:

Na página 2368, 1ª coluna, no item III do art. 67 do projeto,

Onde se lê

II — a assinatura do oficial do protesto.

Leia-se:

III — a assinatura do oficial do protesto.

No Parecer nº 260, de 1977, da Comissão de Economia sobre a Mensagem nº 36, de 1977 (nº 35/77, na origem), do Senhor Presidente da República, propondo ao Senado Federal seja autorizado o Governo do Estado de São Paulo, a elevar em Cr\$ 136.374.000,00 (cento e trinta e seis milhões, trezentos e setenta e quatro mil cruzeiros), o montante de sua dívida consolidada:

Na página 2378, 2ª coluna, no enunciado do parecer.

Onde se lê:

PARECERES Nºs 260 e 261, DE 1977

PARECER Nº 260, DE 1977

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 26, de 1977 (nº 35, de 1977 — na origem)...

Leia-se:

PARECERES Nºs 260 e 261, DE 1977

PARECER Nº 260, DE 1977

Da Comissão de Economia, sobre a Mensagem nº 36, de 1977 (nº 35, de 1977 — na origem)...

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. NELSON CARNEIRO NA SESSÃO DE 2-6-77 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. NELSON CARNEIRO (MDB — RJ.** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Criou-se, no Brasil, uma falsa imagem de Minas Gerais. Minas seria diferente do Brasil. E até se criou uma denominação para a família mineira: a Tradicional Família Mineira, como se tradicional também não fosse a família paulista, a família rio-grandense, a família baiana, a família goiana, todas as famílias deste País. Tradicional é a família brasileira, de que a mineira é uma de suas mais altas e brilhantes expressões.

Mas, ao referir-me a este fato, quero mostrar que também em Minas, nas Alterosas, terra onde surgiram os paladinos da liberdade do Brasil, também julgem expressões do melhor quilate que sentem o drama dos casais desajustados. E trago aqui o depoimento, não de um mineiro anônimo, não desse mineiro que com a mão dos outros

manda carta para os parlamentares desta Casa e da Câmara dos Deputados. Refiro-me a um grande mineiro, ao Ministro Clóvis Salgado, antigo titular da Pasta da Educação e que, tendo o *Jornal do Brasil* publicado notícia de que ele estaria apoiando o divórcio, escreveu aquele matutino, nestes termos:

3 — “Clóvis Salgado apoiou o divórcio”. Quem lê, separadamente, essa afirmação, fica com a impressão de que eu sou a favor do divórcio. Na verdade, sou contra. Considero-o um mal. Entretanto, mal maior é o desquite. Por isso, sou a favor de uma lei que substitua desquite por divórcio. Só isso. Clóvis Salgado — *Belo Horizonte (MG)*.

Essa, Sr. Presidente, acredito, é a tradicional família mineira. Essa é a Minas Gerais, integrada na consciência de todo o País, essa é a Minas que não difere de outros Estados da Federação, essa é a Minas que nós cultuamos, aquela Minas Gerais da independência e da liberdade. (Muito bem! Palmas.)

**CONSULTORIA-GERAL**

**PARECER Nº 45/77**

**Sobre proposta de renovação de contrato de Manutenção e Assistência Técnica de Duplicadores RONEO, pela firma NGS — Máquinas, Assessorios e Serviços Ltda.**

NGS — Máquinas, Assessorios e Assistência Técnica Ltda, estabelecida SEUP/Norte — Ed. Sagitarius, Q. 506, Loja 14, apresenta ao Senado Federal minuta de contrato de manutenção e assistência técnica de duplicadores RONEO, pelo prazo de um ano, com início em 1º de janeiro próximo passado.

II — De conformidade com o preceituado no Ato nº 9, de 1973, da Egrêgia Comissão Diretora, o Senhor Primeiro-Secretário é competente para dispensar licitação, nas condições ali indicadas, dentro das quais se enquadra a firma em apreço.

O referido Ato manda aplicar, subsidiariamente, o Decreto-lei nº 200, às licitações levadas a efeito por esta Casa, e o referido diploma, em seu art. 126, parágrafo 2º, letra “d”, estabelece:

“Na aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só podem ser fornecidos por produtor, empresas ou representante comercial exclusivo, bem como na contratação de serviços com profissional ou firma de notória especialização.”

No caso em exame, a referida Firma que tem a exclusividade do citado serviço, já vinha prestando ao Senado e devida assistência técnica, sem que houvesse qualquer restrição.

III — Confrontando-se o contrato anterior com o ora apresentado, verifica-se que o reajustamento efetuado para a renovação está em consonância com o preceituado na legislação reguladora da matéria, ou seja, a Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

As cláusulas e condições constantes da proposta ora oferecida atendem às normas disciplinadoras dos contratos do gênero.

Cabe observar que o contrato anterior terminou a 31 de dezembro de 1976 e o presente, segundo a minuta, teria a sua validade a contar da data da assinatura, ou seja, agora em junho.

Acontece, porém, que, de fato, a mencionada Empresa não deixou, um dia sequer, de prestar a assistência ajustada, devendo-se o retardamento da assinatura do novo contrato ao atraso na apresentação da nova proposta, conforme esclareceu a esta Consultoria o digno Diretor da Subsecretaria de Patrimônio.

IV — Face ao exposto, desde que o Senhor Primeiro-Secretário, amparado no estabelecido no art. 126, § 2º, letra “d”, do Decreto-lei nº 200, haja por bem dispensar a licitação e esclarecido que o contrato retroagirá, em seus efeitos, a 1º de janeiro do corrente ano, poderá o mesmo ser firmado, nos termos da minuta oferecida.

Brasília, 7 de junho de 1977. — Paulo Nunes Augusto de Figueiredo, Consultor-Geral.

**PARECER DE COMISSÃO****COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES  
E OBRAS PÚBLICAS****6ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA  
EM 6 DE JUNHO DE 1977**

Às dez horas do dia seis de junho do ano de mil novecentos e setenta e sete, na Sala "Ruy Barbosa", presentes os Srs. Senadores Lourival Baptista — Presidente, Alexandre Costa, Braga Junior, Evelásio Vieira, Mattos Leão e Luiz Cavalcante, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Senador Evandro Carreira.

Constatada a existência de número regimental, o Sr. Presidente declara abertos os trabalhos, sendo dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada.

Prosseguindo, o Sr. Presidente anuncia a discussão do Projeto de Lei do Senado nº 254, de 1976, que "dispõe sobre a emissão de selo comemorativo do centenário da morte do escritor José de Alencar, e dá outras providências", já relatado favoravelmente pelo Sr. Senador Evelásio Vieira na última reunião, quando foi concedida vista do processo ao Sr. Senador Braga Junior.

Discutido e votado, é o parecer aprovado sem restrições.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Senador Braga Junior, que emite parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1977, que "determina que o Ministério dos Transportes faça consignar, nas publicações e placas indicativas respectivas, a denominação legal das rodovias e obras de arte sob sua responsabilidade".

Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado, vencido o Sr. Senador Evelásio Vieira.

Ainda com a palavra, o Sr. Senador Braga Junior apresenta parecer preliminar por audiência ao Poder Executivo — Ministério da Aeronáutica —, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1977, que "dá denominação à estação de passageiros do Aeroporto de Santo Ângelo, no Estado do Rio Grande do Sul".

Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado por unanimidade.

Por último, o Sr. Senador Lourival Baptista passa a Presidência ao Sr. Senador Alexandre Costa — conforme preceitua o parágrafo único do artigo 94 do Regimento Interno —, a fim de relatar favoravelmente o Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 1977, que "aprova o texto do Acordo sobre Transporte Aéreo, celebrado em Brasília, a 21 de janeiro de 1977, entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque".

Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Ronaldo Pacheco, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

**MESA**

Presidente:  
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:  
José Lindoso (ARENA — AM)

2º-Vice-Presidente:  
Amaral Peixoto (MDB — RJ)

1º-Secretário:  
Mendes Canale (ARENA — MT)

2º-Secretário:  
Mauro Benevides (MDB — CE)

3º-Secretário:  
Henrique de La Rocque (ARENA — MA)

4º-Secretário:  
Renato Franco (ARENA — PA)

Suplentes de Secretário:  
Altevir Leal (ARENA — AC)  
Ruy Carneiro (MDB — PB)  
Otair Becker (ARENA — SC)  
Braga Junior (ARENA — AM)

**LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA**

Líder  
Eurico Rezende  
Vice-Líderes  
Heitor Dias  
Helvidio Nunes  
José Sarney  
Mattos Leão  
Osires Teixeira  
Paulo Guerra  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

**LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA**

Líder  
Franco Montoro  
Vice-Líderes  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Gilvan Rocha  
Lázaro Barboza  
Danton Jobim

**COMISSÕES**

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 23-6244 e 25-8505 — Ramais 193 e 257

**A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES**

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 25-8505 — Ramais 301 e 313

**COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Agenor Maria  
Vice-Presidente: Otair Becker

**Titulares**

1. Otair Becker
2. Benedito Ferreira
3. Itálio Coelho
4. Paulo Guerra
5. Vasconcelos Torres

**ARENA****Suplentes**

1. Dinarte Mariz
2. Saldanha Derzi
3. Mattos Leão

**MDB**

1. Agenor Maria
2. Roberto Saturnino

1. Adalberto Sena
2. Evelásio Vieira

Assistente: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramais 301 e 313  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — CAR**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Dinarte Mariz  
Vice-Presidente: Evandro Carreira

**Titulares**

1. Heitor Dias
2. Jarbas Passarinho
3. Dinarte Mariz
4. Teotônio Vilela
5. Braga Junior

**ARENA****Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Otair Becker

**MDB**

1. Agenor Maria
2. Evandro Carreira

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)**

(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger  
1º-Vice-Presidente: Accioly Filho  
2º-Vice-Presidente: Leite Chaves

**Titulares**

1. Accioly Filho
2. Gustavo Capanema
3. Daniel Krieger
4. Eurico Rezende
5. Heitor Dias
6. Helvidio Nunes
7. Wilson Gonçalves
8. Itálio Coelho
9. Otto Lehmann
10. Osires Teixeira

**ARENA****Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Lenoir Vargas
3. Arnon de Mello
4. Vasconcelos Torres
5. Milton Cabral
6. Benedito Ferreira

**MDB**

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard
5. Orestes Quércia

1. Franco Montoro
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Ruy Carneiro

**Titulares****ARENA**

1. Heitor Dias
2. Paulo Guerra
3. Cattete Pinheiro
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Wilson Gonçalves
7. Virgílio Távora
8. Alexandre Costa

**MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

**Suplentes**

1. Augusto Franco
2. José Sarney
3. Braga Junior
4. Altevijr Leal
5. Luiz Cavalcante

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Marcos Freire

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. José Guimard
4. Luiz Cavalcante
5. Paulo Guerra
6. Vasconcelos Torres
7. Dinarte Mariz
8. Otair Becker

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Marcos Freire
3. Roberto Saturnino

**Suplentes**

1. Cattete Pinheiro
2. Augusto Franco
3. José Sarney
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho

1. Agenor Maria
2. Orestes Quêrcia

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(9 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Evelásio Vieira

**Titulares****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Otto Lehmann
5. Jarbas Passarinho
6. Cattete Pinheiro

**Suplentes**

1. Helvidio Nunes
2. Ruy Santos
3. Arnon de Mello
4. Heitor Dias

**MDB**

1. Evelásio Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Paulo Brossard

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**Titulares****ARENA**

1. Teotônio Vilela
2. Alexandre Costa
3. Wilson Gonçalves
4. Domicio Gondim
5. Helvidio Nunes
6. Lenoir Vargas
7. Mattos Leão
8. Ruy Santos
9. Braga Junior
10. Tarso Dutra
11. Virgílio Távora
12. Magalhães Pinto

**Suplentes**

1. Cattete Pinheiro
2. Heitor Dias
3. Lourival Baptista
4. Daniel Krieger
5. José Guimard
6. José Sarney
7. Saldanha Derzi

**MDB**

1. Paulo Brossard
2. Evelásio Vieira
3. Gilvan Rocha
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evandro Carreira

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(9. membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jessé Freire

Vice-Presidente: Orestes Quêrcia

**Titulares****ARENA**

1. Jessé Freire
2. Ruy Santos
3. Lenoir Vargas
4. Jarbas Passarinho
5. Lourival Baptista
6. Accioly Filho

**Suplentes**

1. Braga Junior
2. Virgílio Távora
3. Osires Teixeira
4. Domicio Gondim

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quêrcia
3. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Jarbas Passarinho

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Domicio Gondim
3. Arnon de Mello
4. Luiz Cavalcante
5. Jarbas Passarinho

**Suplentes**

1. José Guimard
2. Paulo Guerra
3. Virgílio Távora

**MDB**

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Franco Montoro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Adalberto Sena

Vice-Presidente: Helvidio Nunes

**Titulares****ARENA**

1. Helvidio Nunes
2. Otto Lehmann
3. Saldanha Derzi

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Arnon de Mello
3. Jarbas Passarinho

**MDB**

1. Danton Jobim
2. Adalberto Sena

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134

Reuniões: Quintas-feiras, às 12:00 horas

Local: Sala "Clóvis Bevilacqua" — Anexo II — Ramal 623

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Magalhães Pinto

1º-Vice-Presidente: Saldanha Derzi

2º-Vice-Presidente: Nelson Carneiro

**Titulares****ARENA**

1. Magalhães Pinto
2. Alexandre Costa
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Saldanha Derzi
7. José Sarney
8. João Calmon
9. Augusto Franco
10. Otto Lehmann

**Suplentes**

1. Accioly Filho
2. Fausto Castelo-Branco
3. Helvidio Nunes
4. Domicio Gondim
5. Jarbas Passarinho
6. Luiz Cavalcante

**MDB**

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Nelson Carneiro

1. Marcos Freire
2. Paulo Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipertt — Ramal 676

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ruy Santos

Vice-Presidente: Altevir Leal

**Titulares****ARENA**

1. Altevir Leal
2. Ruy Santos
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Lourival Baptista

**Suplentes**

1. Saldanha Derzi
2. Itálvio Coelho
3. Osires Teixeira

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Benjamim Farah
2. Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral  
Vice-Presidente: Augusto Franco

**Titulares**

1. José Guimard
2. Vasconcelos Torres
3. Virgílio Távora
4. Augusto Franco
5. Milton Cabral

**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Braga Junior
3. Dinarte Mariz

ARENA

MDB

1. Adalberto Sena
2. Benjamim Farah

1. Agenor Maria
2. Dirceu Cardoso

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Benjamim Farah  
Vice-Presidente: Lenoir Vargas

**Titulares**

1. Lenoir Vargas
2. Accioly Filho
3. Augusto Franco
4. Heitor Dias
5. Saldanha Derzi

**Suplentes**

1. Alexandre Costa
2. Gustavo Capanema
3. Mattos Leão

ARENA

MDB

1. Benjamim Farah
2. Hamar Franco

1. Danton Jobim
2. Lázaro Barboza

Assistente: Sônia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lourival Baptista  
Vice-Presidente: Alexandre Costa

**Titulares**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Braga Junior
4. Lourival Baptista
4. Mattos Leão

ARENA

MDB

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Teotônio Vilela
3. Wilson Gonçalves

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO****Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro

Local: Anexo II — Térreo

Telefone: 25-8505 — Ramal 303

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;  
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598;  
Mauro Lopes de Sá — Ramal 310.

**SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORÁRIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1977**

HORAS	TERÇA	S A L A S	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO	09:00	C.F.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CANDIDO
	C.A.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA	09:30	C.S.P.C.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	SONIA
10:30	C.A.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLÁUDIO COSTA	10:00	C.E.C.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO		C.D.P.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
HORAS	QUARTA	S A L A S	ASSISTENTE	11:00	C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
09:00	C.S.N.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA		C.S.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	LEDA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA	12:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEM
	C.M.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO				
10:30	C.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	DANIEL				

# **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

## **PREÇO DE ASSINATURA**

### **Seção I (Câmara dos Deputados)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

### **Seção II (Senado Federal)**

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre .....	Cr\$ 200,00	Semestre .....	Cr\$ 400,00
Ano .....	Cr\$ 400,00	Ano .....	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso .....	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso .....	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

# **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

## **QUADRO COMPARATIVO ANOTADO**

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-  
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

**2 VOLUMES**

### **1º VOLUME:**

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

### **2º VOLUME:**

**NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:**

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZAID;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL,  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **Emendas Constitucionais**

- nº 1, de 1969,**
- nº 2, de 1972,**
- nº 3, de 1972,**
- nº 4, de 1975,**
- nº 5, de 1975, e**
- nº 6, de 1976.**

**EDIÇÃO 1976**

**(formato bolso)**

**130 páginas**

**Preço: Cr\$ 10,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

# **SEGURANÇA NACIONAL**

**I — Legislação Constitucional**

**II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69**

**Decreto-Lei nº 510/69**

**Decreto-Lei nº 314/67**

**Lei nº 1.802/53**

**III — Notas**

**IV — Jurisprudência**

**“Revista de Informação Legislativa” nº 39**  
**421 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 25,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

*Furto de uso.*

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

**Preço: Cr\$ 25,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**

ou pelo sistema de Reembolso Postal

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

**PREÇO: Cr\$ 35,00**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 40 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00**